



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
CURSO DE GEOGRAFIA - LICENCIATURA**

GEOGRAFIA E QUESTÃO INDÍGENA: Conflito de Territorialidades na
Terra Indígena do Mato Preto.

MARJANA VEDOVATTO

ERECHIM

2014/2

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
CURSO DE GEOGRAFIA - LICENCIATURA**

**GEOGRAFIA E QUESTÃO INDÍGENA: Conflito de Territorialidades na
Terra Indígena do Mato Preto.**

Marjana Vedovatto

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Geografia –
Licenciatura da Universidade Federal da
Fronteira Sul, como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciada em
Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Dilermando Cattaneo
da Silveira.

ERECHIM

2014/2

Vedovatto, Marjana

Geografia e Questão Indígena: conflitos de territorialidades na Terra Indígena do Mato Preto/ Marjana Vedovatto. -- 2014.

61 f.:il.

Orientador: Dilermando Cattaneo da Silveira.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Geografia , Erechim, RS , 2014.

1. Questão Indígena. 2. Territorialidade. 3. Terra Indígena. 4. Conflito . 5. autonomia. I. Silveira, Dilermando Cattaneo da, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso visa abordar o conflito de territorialidades existente entre indígenas e “pequenos agricultores” no processo de demarcação da Terra Indígena do Mato Preto no Norte do estado do Rio Grande do Sul. Pretende-se fazer uma análise a partir da identificação de características culturais, econômicas, sociais e históricas de cada um dos grupos envolvidos, as quais caracterizam suas territorialidades. Sendo que a partir do momento em que se intenta demarcar um território, ocupado por um grupo não indígena, como Terra Indígena de posse legalmente estabelecida, cria-se um conflito onde dois grupos com territorialidades distintas passam a disputar uma mesma área. Esse conflito gera inúmeros desdobramentos relacionados ao cotidiano dos envolvidos, que acabam deixando vir à tona o pensamento hegemônico de raiz eurocêntrica, branca, produtivista, claramente presente no discurso midiático e da própria sociedade, em contraposição à cultura indígena diferenciada de ocupação e uso da terra. Buscaremos trazer, primeiramente, elementos históricos para contextualizar o processo de colonização ocorrido no Rio Grande do Sul e em especial no Norte do estado, trazendo aspectos socioeconômicos e culturais a essa discussão. Posteriormente, será tratado sobre como está ocorrendo o processo de demarcação da terra indígena, abordando suas problemáticas e os conflitos inerentes a esse processo, buscando relacionar os acontecimentos evidenciados com os conceitos geográficos de território, territorialidades e identidade. Por fim, pretende-se fazer uma análise da questão indígena em um sentido mais abrangente, buscando dialogar o caso de Mato Preto com a realidade indígena brasileira e o abuso de direitos humanos que esse grupo, bem como outros, também denominados “comunidades tradicionais” vem sofrendo desde o período colonial até os dias de hoje.

Palavras-chave: território; territorialidade; identidade; terra indígena; Mato Preto.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	6
2- OBJETIVOS.....	10
2.1- OBJETIVO GERAL.....	10
2.2- OBJETIVOS ESPECÍFICOS:.....	10
3- CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDOS:.....	10
3.1- LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO FÍSICA:.....	10
4- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:.....	17
5- CONFLITOS NA TERRA INDÍGENA MATO PRETO.....	19
5.1- DISCUSSÃO CONCEITUAL.....	19
5.2- TERRITORIALIDADE INDÍGENA GUARANI.....	24
5.3- TERRITORIALIDADE DOS AGRICULTORES.....	29
6- GEOGRAFIA, TERRITÓRIO E QUESTÃO INDÍGENA.....	42
BIBLIOGRAFIA.....	48
ANEXOS/APÊNDICES.....	50

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

01 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE ERECHIM, EREBANGO E VARGAS.....	11
02 - IMAGEM DE SATÉLITE DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA TERRA INDÍGENA MATO PRETO.....	13
03 – MAPA DA ÁREA DE CIRCULAÇÃO GUARANI NA MICRO-REGIÃO DA TI MATO PRETO.....	14
04 - RETRATO DAS ATUAIS CONDIÇÕES EM QUE SE ENCONTRAM OS INDÍGENAS DO MATO PRETO.....	15
05 – FOTO DO GRUPO DE APRESENTAÇÕES FOLCLÓRICAS ITA MBOBORAI.....	25
06 - TABELA DA CONCENTRAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS.....	30
07 - GRÁFICO DA PRODUÇÃO DA LAVOURA TEMPORÁRIA DA COLONIAL DE ERECHIM- 1970.....	32
08 - GRÁFICO DA PRODUÇÃO DA LAVOURA TEMPORÁRIA NA MICRORREGIÃO DE ERECHIM- 1980.....	32
09 – FOTO DE PROTESTO REALIZADO POR AGRICULTORES CONTRA A DEMARCAÇÃO DA TERRA INDÍGENA.....	35
10 - FOTO DE PROTESTO REALIZADO POR AGRICULTORES CONTRA A DEMARCAÇÃO DA TERRA INDÍGENA.....	36
11 - MAPA DA DELIMITAÇÕES DA TERRA INDÍGENA MATO PRETO A PARTIR DO LAUDO ANTROPOLÓGICO E DO RELATÓRIO DE PERÍCIA FUNDIÁRIA.....	37
12 - FOTO DE PROTESTO REALIZADO POR AGRICULTORES CONTRA A DEMARCAÇÃO DA TERRA INDÍGENA.....	40
13 - CONVITE PARA DISCUSSÃO SOBRE DEMARCAÇÕES DE TERRAS INDÍGENAS NO RIO GRANDE DO SUL.....	42
14 - GRÁFICO DAS POPULAÇÕES ENVOLVIDAS EM CONFLITOS AGRÁRIOS.....	43

1- INTRODUÇÃO

A partir do processo de Identificação, Delimitação e Demarcação da Terra Indígena do Mato Preto, surgiu a hipótese de que o conflito gerado entre os atores envolvidos, sobretudo indígenas e pequenos agricultores, trata-se de um conflito de territorialidades. A proposta de investigação através de elementos geográficos parte de um breve resgate histórico, a fim de contextualizar como se deu a chegada dos (i)migrantes eurobrasileiros no Norte do estado do Rio Grande do Sul e como esse processo de colonização desencadeou o surgimento e o desenvolvimento do conflito entre colonos e indígenas que se inicia no final do século XIX e que reflete até os dias atuais.

Alguns acontecimentos importantes para o entendimento do conflito são destacados. A vinda de imigrantes europeus através da política de colonização no Sul do Brasil, objetivando ocupar e explorar as terras, tendo primeiramente a extração de madeira e posteriormente a agricultura como meio de uso dos recursos naturais. A partir disso, na região dos “campos de cima da serra”, situados na porção central e Nordeste do Rio Grande do Sul, passaram a ocorrer os mais diversos tipos de pressão para que os habitantes nativos deixassem seus territórios de origem para dar lugar aos descendentes de colonos, sobretudo imigrantes europeus, atraídos por políticas estatais de incentivo à colonização, objetivando o desenvolvimento econômico através da agricultura. Tratamos aqui a formação do território a partir de suas ligações afetivas, através de quem e o que se produz em um dado espaço e entre um determinado grupo social, unido por sua identidade em comum. Entendemos que esses grupos indígenas, quilombolas e caboclos que viviam nesse espaço, que acabara entrando em disputa entre nativos e imigrantes, tiveram de sair em busca de um novo lugar para se estabelecer territorialmente, o que levou a um conflito de territorialidades ainda na época de colonização. Após a Lei de Terras, em 1850, institucionalizou-se a propriedade privada da terra, colaborando para a produção capitalista do Espaço. Com isso, alguns grupos indígenas e quilombolas migraram para a Região Norte do Rio

Grande do Sul, a qual ainda não havia sido colonizada, mas onde já se encontravam outros grupos indígenas nativos.

Com a expansão colonial da Região central e nordeste para a Região Norte, esses grupos foram obrigados a se reduzir em pequenas áreas reservadas para que as demais extensões de terras fossem ocupadas por descendentes de colonos vindos na grande maioria dos municípios de Caxias do Sul e São Leopoldo. Assim, a Mata Atlântica foi sendo derrubada, a fim de tornar o uso da terra exógeno, europeu, num momento em que o estado era praticamente desprovido de responsabilidades ambientais e sociais.

A criação das reservas indígenas foi uma alternativa criada com o objetivo principal de destinar um espaço para esses grupos que se encontravam espalhados pela área que estava sendo colonizada. De fato, o território indígena foi tomado pelos colonizadores através da política de colonização, e isso fez com que houvesse uma separação entre grupos indígenas e seus territórios. Os quais estavam intimamente ligados através das vivências, do contato com a natureza do lugar, bem como suas construções e ligações espirituais, resultando em uma identidade constituída e mantida há anos.

Isso demonstra o processo de como o Estado permitiu e fez com que houvesse uma expropriação dessa natureza preservada até o momento pelos indígenas, e passasse a ser usufruída de forma exploratória, se transformando em nada mais do que recurso natural ou matéria prima essencial para o desenvolvimento econômico. Essa região era tida como um vazio demográfico o que gerava uma preocupação de cunho geopolítico para o Brasil Império na época. Mas para além da exploração desenfreada do meio ambiente, é preciso destacar a importância do papel dos colonos com sua mão de obra, que foi imprescindível para essa expropriação da natureza.

O reordenamento território territorial que se deu a partir da colonização teve como objetivo principal preparar a área para a produção agrícola. Num momento em que o local era recoberto por Mata Atlântica, a instalação de famílias de colonos foi estrategicamente apropriada para o governo, que na época pretendia “desenvolver” a produção agrícola e conseqüentemente a economia nesta parte do estado. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se ocupava a região com descendentes de europeus, se

explorava a sua mão de obra. Resultando em um trabalho de desenvolvimento dessas terras através da derrubada da mata nativa e do início da agricultura tradicional na região que exprime uma territorialidade específica atrelado ao campesinato eurobrasileiro.

Com o passar dos anos, os colonos foram avançando cada vez mais na derrubada das matas e na variada plantação de culturas que serviam como subsistência à suas famílias e também como fonte de renda. Nesse momento, já se tinha a formação de pequenos núcleos urbanos onde era possível se encontrar serviços e comércio. Sobretudo, a economia da época era baseada na agricultura basicamente manual, com algumas tecnologias pouco desenvolvidas e que exigia muito esforço para o processo de plantio e colheita. Com a dificuldade de produção e o difícil acesso aos produtos produzidos em outras regiões, os colonos se viam obrigados a ter uma produção diversificada considerado um patrimônio cultural passado trazido de seus lugares de origem.

Essa realidade vai mudando aos poucos, com a construção de ferrovias e estradas facilitando o acesso e escoamento da produção para outras regiões. Somando ainda com a ocorrência, por volta de 1970, da Revolução Verde, dando uma reviravolta na lógica de produção, que passa a ser mecanizada, com sementes geneticamente modificadas, uso de agrotóxicos e insumos artificiais. Deixando de lado a diversidade produtiva e colocando a monocultura de grãos como principal fonte produtiva, não só nas grandes propriedades, mas também na Região Norte do RS, onde se tem a ocorrência da chamada “agricultura familiar”. Isso mostra como os colonos, apesar de neste caso, terem propriedades de terras relativamente pequenas, induzidos pelo Estado e Agentes do Agronegócio, vão ao encontro de uma lógica desenvolvimentista, colocando o meio econômico em primeiro lugar, reproduzindo a visão eurocêntrica de mundo.

Ao mesmo tempo em que se tem o desenvolvimento econômico, e isso inclui toda a infraestrutura instalada, vê-se os povos tradicionais, dentre eles indígenas, desassistidos e marginalizados dentro desse processo. A modernização da agricultura foi um eixo de um processo maior de modernização do território, incluindo o elemento racial. Ao passo que a maioria tenha sido dizimada ou incorporada a essa sociedade

branca (e ainda assim vivendo marginalizados), atualmente, os remanescentes desses grupos lutam para retomar esses territórios, colocando a luta pela terra para além da dimensão econômica, trazendo um caráter mais político ao conflito, afirmando a existência de territorialidades distintas e que legitimam o direito ao seu território. O papel que o Indígena teve dentro da história do país, deve de fato ser considerado e aceito dentro da sociedade. Hoje, o que se tem no Brasil de mais atuante em relação aos povos tradicionais, são as políticas de demarcação de Terras Indígenas, tendo o órgão da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) como seu representante legal.

Na tentativa de aprofundar a discussão das demarcações de Terra Indígena que vem sendo vivenciada atualmente na Região Norte do Rio Grande do Sul, optou-se por um recorte de estudo focando no caso da Terra Indígena do Mato Preto, onde se tem a ocorrência de pequenas propriedades de terra, com a atividade agrícola classificada pelo IBGE como “agricultura familiar”. Nesse caso, foi identificada, delimitada e por fim, demarcada uma área de mais de quatro mil hectares como Terra Indígena Guarani Mbya. Esse processo gerou revolta por parte dos "pequenos agricultores", atualmente estabelecidos dentro desta área através do processo de colonização e de sucessão familiar. Os agricultores passaram a se organizar e protestar contra a demarcação, a qual os faria sair de suas atuais propriedades. Os agricultores, bem como os indígenas, não reivindicam apenas compensação financeira por parte do Estado, mas também inserem elementos históricos, culturais e sociais dentro do debate. Fazendo com que elementos simbólicos presentes na história dos atores envolvidos gerassem uma disputa em função de uma sobreposição de territorialidades em um determinado local, gerando um conflito.

A fim de tentar entender de uma maneira crítica esse processo de demarcação, buscaremos identificar, caracterizar e analisar através da ciência geográfica, tais conflitos de territorialidades existentes na Terra Indígena Mato Preto. Tendo como objetivo final contribuir para o debate, na tentativa de responder de que maneira e a partir de que elementos, considerados mais relevantes para a abordagem geográfica, são gerados tais conflitos.

2- OBJETIVOS

2.1- OBJETIVO GERAL

-Identificar conflitos de territorialidades estabelecidos nos processos de Identificação, Delimitação e Demarcação da Terra Indígena do Mato Preto.

2.2- OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

-Caracterizar os conflitos de territorialidade dentro de um contexto histórico, a fim de melhor entendê-los e situá-los no processo de Identificação Delimitação e Demarcação da Terra Indígena Mato Preto;

-Analisar de forma crítica o contexto social, econômico e cultural presentes nos conflitos gerados a partir do processo de Identificação, Delimitação e Demarcação da Terra Indígena Mato Preto;

-Situar a dimensão das territorialidades como fator fundamental na geração de conflitos entre os grupos envolvidos no processo de demarcação das terras indígenas

-Fornecer subsídios teóricos e metodológicos para uma análise geográfica crítica a respeito da Identificação Delimitação e Demarcação da Terra Indígena Mato Preto em áreas de colonização agrícola.

3- CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDOS:

3.1- LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO FÍSICA:

A Terra Indígena do Mato Preto (Tekoá Ka'aty) é considerada como uma antiga área onde um grupo de indígenas Guarani exerciam suas atividades, funções sociais e políticas. Está localizada na Região Norte do Rio Grande do Sul, ocupando parte das áreas dos municípios de Erechim, Getulio Vargas e Erebangó.

Mapa 01: Localização dos Municípios de Erechim, Erebango e Getulio Vargas.



Fonte: Google Maps, adaptado por Marjana Vedovatto. (2014).

A identificação e a delimitação da Terra Indígena se deram a partir da ação dos indígenas de ocupação da área em que se encontram atualmente acampados pressionando a demarcação. A partir disso, um grupo de trabalho organizado pela bióloga e antropóloga, Ana Elisa de Castro Freitas realizou todos os estudos necessários à identificação da Terra Indígena, levando em consideração fatores históricos, ambientais, culturais e antropológicos a partir da observação, pesquisa e memórias dos indígenas mais antigos, resultando em um relatório que foi apresentado ao Departamento de Identificação e Delimitação da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) como parte fundamental do processo de demarcação.

Segundo o Relatório Ambiental Circunstanciado elaborado pelo Grupo de Trabalho para Identificação e Delimitação da Terra Indígena do Mato Preto, esse “espaço integra um ambiente que reúne remanescentes florestais e águas pertencentes à região hidrográfica do Alto Curso do Rio Uruguai, intensamente colonizada ao longo do século XX.” (FREITAS, 2004, p. 5). Está inserida no Bioma Mata Atlântica, na porção Alta da Bacia do Rio Uruguai, tendo predominância de Floresta Ombrófila Mista (Floresta com Araucária). O clima está classificado como Mesotérmico Brando, e ainda, abrange cabeceiras, nascentes e demais rios que abastecem o Rio Apuaê,

integrando as micro-bacias do Rio Toldo e do Rio Abaúna, que são afluentes do Rio Apuaê.

O relatório aponta ainda para uma grande mudança ocorrida nas características ambientais, sua forma de uso e ocupação. Desde o processo de colonização, constituído a partir de uma política eurocentrada, até os dias atuais, tivemos vários ciclos econômicos marcantes. Marcantes, no sentido de deixar marcas no espaço. Esses ciclos foram os fatores fundamentais das mudanças ocorridas em torno da vegetação, solo, recursos hídricos e o uso da terra. Iniciando com o ciclo da madeira e a extração em massa, principalmente da Araucária que foram muito utilizadas na construção de casas. Nesse ciclo, os agricultores com o intuito de desenvolver plantações e “limpar” a área a ser produzida, foram botando a baixo uma porção significativa de mata atlântica existente na época.

Na seqüência, vieram os ciclos das plantações através da agricultura tradicional e posteriormente monocultivos, transgênicos e o uso de agroquímicos, que além de gerar problemas de cunho sociais e econômicos, agride de forma intensa o meio ambiente, principalmente solo e mananciais hídricos. Ao contrário da lógica das propriedades de produção rurais, as terras indígenas também ajudam a promover a preservação ambiental, ao ponto que a cultura indígena não tem como objetivo o uso da terra para fins econômicos e de produção em massa. Assim havendo uma relação social e de poder entre estes dois grupos, havendo também uma diferença de territorialidades ambientalmente capitalistas influenciados por inúmeros fatores sistemáticos, como o Estado, Mercado, empresas colonizadoras, transnacionais do agronegócio, etc.

De acordo com Freitas (2004), as áreas indígenas necessitam de corredores biológicos para que haja uma conectividade entre as áreas ainda florestadas, facilitando assim, a regeneração das áreas pertencentes ao povo Gaurani que se encontram degradadas. Isso faz com que a Terra Indígena Mato Preto, seja definida a partir de espaços que tenham uma continuidade de vegetação e dimensões de tamanho suficiente para que seja garantida a sustentabilidade ambiental, incluindo a fauna local. Levando em consideração os costumes do povo Guarani, se faz necessário ainda, pensar no seu

deslocamento em diferentes espaços, o que também é importante para a manutenção e o equilíbrio do conjunto de plantas e animais.

Pode se perceber, de acordo com a imagem a seguir, que atualmente a área delimitada como Terra Indígena ainda apresenta alguns locais com áreas de mata preservada. A imagem “retalhada” também demonstra a estrutura minifundista.

Figura 01: Imagem de Satélite da área de abrangência da Terra Indígena Mato Preto. Círculo maior: área demarcada; Círculo menor: Local onde os indígenas vivem atualmente.



Escala 1: 100 000

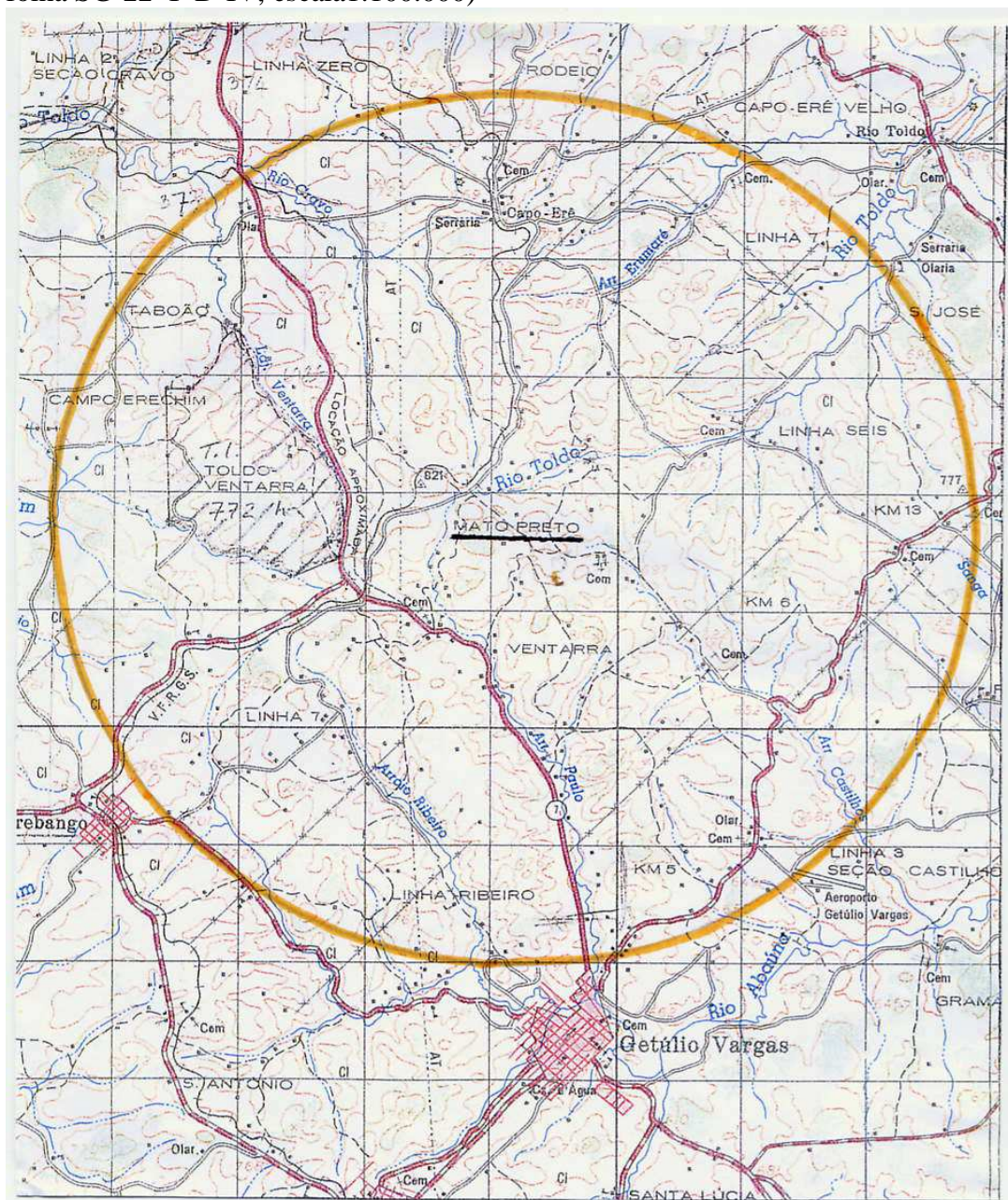
Fonte: Google Maps. Adaptado por Marjana Vedovatto. (2014)

Conforme Freitas (2004), “algumas partes da área reivindicadas ainda se encontram bem florestadas e preservadas, como no caso de algumas cabeceiras de morro e nascentes, que foram consideradas para a delimitação da Terra Indígena.” E ainda, segundo o Relatório do Grupo de Trabalho, esses fatores relacionados à preservação do meio ambiente vão além da importância “biológica”, mas também são tidos pelos indígenas, valores espirituais, históricos e culturais, como por exemplo, do solo propício à produção de cerâmica, a importância mística dos banhados, as lendas

relacionadas aos animais e plantas da floresta bem como a preocupação em manter a natureza como ela foi concedida ao homem. Tudo isso faz com que seja visível a identificação e o sentimento de pertencimento a esse determinado lugar.

A seguir, um mapa que faz referência à área demarcada como Terra Indígena caracterizada pela circulação Indígena Guarani Mbya desta região.

Mapa 02: Área de circulação Guarani na micro-região da TI Mato Preto, utilizando como base a Carta da Diretoria de Serviço Geográfico do Ministério do Exército (EREXIM, folha SG-22-Y-D-IV, escala 1:100.000)



Fonte: FREITAS, Ana Elisa de Castro. Relatório Ambiental Circunstanciado. 2004.

É possível identificar inúmeros elementos que caracterizam diferentes “tempos” em um mesmo “espaço”. Como por exemplo vários cemitérios, malhas urbanas, rede de transportes e a presença das “Linhas” demarcadas pelas Empresas Colonizadoras, bem como o parcelamento do solo para o assentamento de comunidades rurais e ainda serrarias e olarias.

Atualmente a comunidade indígena do Mato Preto, constituída por mais de sessenta pessoas, ocupa as margens dos trilhos da América Latina Logística (ALL). Sendo que 15 metros de cada lado dos trilhos são concessão do Estado, ou seja, os indígenas não estão necessariamente em terras que sejam propriedade privada dos agricultores, próximo à RS 135, em condições precárias por mais de dez anos.

Figura 02: Retrato das atuais condições em que se encontram os indígenas do Mato Preto..



Fonte: Trabalho Indigenista. Disponível em: <http://www.trabalhoindigenista.org.br/>. Acessado em: 24 de junho de 2014.

3.2- CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Durante os séculos XVII e XVIII houve a formação dos primeiro povoados formados por imigrantes europeus no Rio Grande do Sul, onde os ciclos do tropeirismo, erva-mate e as Missões Jesuíticas associadas às guerras de fronteiras acabaram contribuindo para a expansão da colonização no Estado no período posterior, já no século XIX, inicialmente com Colônias alemãs na região de São Leopoldo e posteriormente com Colônias italianas na região de Caxias do Sul. Os colonos foram ocupando esta área no intuito de reproduzir-se quanto camponeses. As relações de

poder projetadas espacialmente levaram ao extrativismo e as formas convencionais de agricultura.

Essa região, que até então encontrava-se preservada, passa a sofrer grandes impactos decorrentes do desmatamento ocasionado pelas frentes de colonização. E para além da dimensão ambiental, é importante destacar o impacto social gerado pelo processo de colonização e desenvolvimento econômico que avança para o interior do estado. Nessas áreas que se encontravam matas preservadas e sem a presença de colonos (i)migrantes, habitavam quilombolas, indígenas e caboclos. Essa ocupação e invasão de seus territórios pelos imigrantes recém chegados de maneira alguma se deu de forma pacífica. Após muita resistência, e dizimação de milhares de indígenas, muitos grupos nativos migraram para o Norte do estado, onde ainda não havia chegado a colonização, numa tentativa de fuga pela sobrevivência de seus povos.

Com o desenvolvimento do novo processo colonial tendo boa parte das terras da porção central do estado (chamadas “Colônias Velhas”) já ocupadas por colonos, no início do século XIX, houve o processo de **expansão das colônias**, principalmente para a Região Norte do Rio Grande do Sul. Em 1908 foi fundada, na atual região do Alto Uruguai, a Colônia de Erechim. Como nesta época, essa parte do Rio Grande do Sul se configurava como um “refúgio” para diferentes grupos de indígenas e quilombolas, dentro de um contexto de expansão colonial, esses grupos eram tidos como obstáculos ao desenvolvimento e progresso idealizados pelo governo e pelos colonos. Então criou-se o “Regulamento das Missões”, onde todos os índios deveriam ser reduzidos a pequenos grupos isolados em parcelas de terras. Segundo Freitas (2004), conforme as colonizadoras iam se apropriando das terras, os indígenas eram expulsos de seus territórios, jogados de um lado para o outro (quando não eram mortos) enquanto os colonos invadiam de forma legal (perante o Estado) as terras “devolutas”.

Com essa expansão das colônias para a Região Norte do RS, também houve o avanço da exploração madeireira juntamente com o desenvolvimento da agricultura. Enquanto os colonos trabalhavam na agricultura com uma visão acumulativa, sobretudo de terras, os indígenas eram cada vez mais marginalizados, tendo que se adaptar culturalmente e socialmente à nova realidade que lhes foi imposta. Neste momento, já com poucas áreas florestadas e sem ter para onde ir, os indígenas foram

obrigados a viver à mercê das condições básicas da sobrevivência. Já nesta época, se inicia o conflito entre colonos e indígenas, resultando (para além da violência física) em preconceito e discriminação com os povos originais, estes sendo tratados como obstáculos aos tão almejados “desenvolvimento e modernização”. O discurso desenvolvimentista foi se fortalecendo cada vez mais, acompanhado de estratégias que buscavam (e ainda buscam) invisibilizar toda uma história de expulsão e exclusão dos povos tradicionais, tratando esses espaços como "vazios" não povoados. A distribuição de terras aos colonos e o crescimento da atividade extrativista e agrícola vai de encontro a uma longa história de resistência contra a expropriação territorial indígena.

Ainda nesse contexto de efervescência social no final dos anos 1970, -principalmente do surgimento de movimentos sociais do campo, e invasões constantes das reservas com conseqüente redução do número de indígenas, - vai ocorrer uma reconfiguração da realidade da questão indígena. Tendo como um dos marcos principais a constituição do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) em conjunto com a “Pastoral da Terra”, caracterizando a inserção, de fato, da Igreja Católica na discussão pela seguridade dos direitos Indígenas. Nesse momento, as “Comissões”, tanto a Pastoral da Terra quanto o CIMI, passam a ser a base de vários movimentos sociais rurais e urbanos, sobretudo de grupos afetados pelo avanço capitalista por todo país. A partir daí, pressionado também agora pela Igreja, o poder público passa a encarar a problemática inerente ao país de maneira diferente, porém não menos perversa, criando o “Estatuto do Índio” em 1973. Com isso, os indígenas começam ganhar maior visibilidade perante a sociedade e passam a reivindicar ainda mais pelos seus direitos deixando em evidência a resistência da forma de vida indígena quanto cultura que deve ser aceita como legítima.

4- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:

O presente trabalho de conclusão de curso busca abordar uma problemática contemporânea existente no processo de demarcação de Terras Indígenas relacionando com elementos que venham afirmar a hipótese de que há um conflito de territorialidades. Para tal abordagem, serão levados em conta alguns procedimentos metodológicos para o alcance dos objetivos específicos mencionados anteriormente. Os procedimentos metodológicos consistem basicamente em quatro fases: 1) Constituição do Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, pré-definindo o objeto de estudo e a

estrutura da pesquisa; 2) levantamento de dados e informações preliminares em diferentes plataformas de comunicação (jornais, revistas, sites) a fim de evidenciar a atual situação do processo de demarcação da Terra Indígena do Mato Preto e, conseqüentemente, o conflito inerente a esse processo, bem como sua contextualização histórica, afim de conceber uma melhor compreensão do caso; 3) embasamento teórico a partir de revisão bibliográfica em busca da interpretação da problemática existente no processo de Demarcação da Terra Indígena do Mato Preto a partir da caracterização e interpretação do conflito de territorialidades presente; 4) diálogos com atores envolvidos e pesquisadores relacionados à questão indígena com o intuito de analisar as diversas visões e opiniões que, de certa forma, também caracterizarão o conflito de territorialidades; e 5) Trabalho de Campo, visando, a partir do empirismo e de entrevistas semi-dirigidas, constituir uma teia de informações entre a abordagem geográfica e os elementos estruturais e aspectos físicos e socioculturais da realidade estudada.

A partir desta metodologia, os elementos levantados durante o período de pesquisa, serão analisados a partir da Ciência Geográfica, baseados em uma epistemologia crítica e pensada a partir da Geografia Humanística, levando em consideração aspectos culturais e simbólicos e que, sobretudo abordem as diferentes visões de mundo que são produtos históricos e sociais diferentes. Esse método, caracterizado por uma forte influência hermenêutica, dialogando com diversas ciências, busca adentrar em análises filosóficas e que tendem a não ter uma definição fechada e concluída do fenômeno. Levando em consideração que a análise qualitativa, utilizada principalmente nas chamadas “Ciências Humanas”, irão se desenvolver a partir da visão do pesquisador, tendo este como ponto inicial que irá influenciar diretamente nas considerações finais de acordo com a intencionalidade prevista. Desta forma, pretendendo estabelecer um diálogo entre os saberes, sendo que este está para além de uma interdisciplinaridade, não ficando mais preso apenas ao saber científico, até então apresentado em uma forma hierárquica e tidos como mais importante do que os saberes populares.

A partir do empirismo e de diálogos, buscou-se trabalhar não apenas de forma descritiva, mas sim reflexiva e crítica na tentativa de abordar o fenômeno geográfico de uma forma totalizante. Para além da análise dialética que inclui as relações sociais no

geral, buscou-se entender as relações entre o indivíduo e seu território, ou seja, as territorialidades. Isso fez com que se fossem abordados elementos vinculados a fatores simbólicos e culturais que retratam, de certa forma, as diferentes cosmovisões e as matrizes de racionalidade inerentes em cada grupo distinto. Dessa forma, fica evidente a preocupação em se trazer uma outra perspectiva de análise para a discussão geográfica levando em consideração elementos mais subjetivos dos atores envolvidos no fenômeno geográfico, trazendo uma reflexão importante acerca da relação do ser humano com o espaço geográfico. Para tal análise, considera-se importante, para além da dialética, uma interação da fenomenologia como método que aparenta abordar de forma mais abrangente um conflito de territorialidades.

Nesta pesquisa, optou-se por dar ênfase ao confronto existente entre o pensamento colonial (e colonizador) dos Pequenos Agricultores e um pensamento que vem sendo chamado por autores sociais de “pensamento subalterno”. Este “pensamento subalterno” está caracterizado pela resistência ao modelo hegemônico, não só na esfera organizacional de sociedade, mas como matriz de racionalidade e cosmovisão. Assim, é preciso analisar antes as intencionalidade inerentes ao processo, a partir da visão do sujeito antes mesmo do que já se encontram materializados ou adentrando no âmbito do “tempo-espaço” tratando de maneira dialética acontecimentos sociais e que dispõe de uma maior flexibilidade nos acontecimentos. Sendo que a partir do método fenomenológico, passa a se considerar relevante, elementos simbólicos e culturais, trazendo um enfoque mais subjetivo, porém não menos relevante à discussão.

5- CONFLITOS NA TERRA INDÍGENA MATO PRETO

5.1- DISCUSSÃO CONCEITUAL

A ciência Geográfica, no seu atual momento “cultural humanístico”, passa a valorizar elementos que vão além do social/econômico e tendem a permear relações mais complexas de comportamento das sociedades contemporâneas relacionando-as aos seus espaços de vivência frente ao fenômeno da globalização, onde a tendência de influência das grandes transformações não fica mais somente no âmbito material. As forças de tensionamento político e a disputa de poder estão cada vez mais inerentes aos territórios, - territórios esses formados a partir das ações de determinados grupos que compartilham de uma mesma cultura, costumes, identidade, entre outros elementos. -

Isso faz com que os territórios estejam em constante disputa em função dos diferentes grupos com diferentes objetivações em dominar tal área. Para além da disputa, os territórios acabam por gerar diferentes territorialidades. Sobre isso, Andrade (1998) vai dizer que:

O conceito de Território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão ou de uma determinada área. [...] A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre as mesmas. (Andrade, 1998, p. 213, 214.)

Nesse sentido, a disputa pela área que corresponde à Terra Indígena do Mato Preto pode ser caracterizada como um conflito de territorialidades. De um lado, um grupo indígena reivindicando o seu território e de outro, um grupo denominado “Pequenos Agricultores” lutando pela permanência em suas terras, os dois grupos trazendo toda uma bagagem cultural, histórica e étnica. Esses dois grupos representam uma polaridade que se reproduz em maior escala, como é o caso do conflito entre indígenas e madeireiros/agronegócio/hidroelétricas – em todos estes casos há uma espécie de conformidade de ideais por parte dos grupos anti-indígenas que está intimamente ligado à lógica desenvolvimentista, colocando a questão econômica sempre como tema central da discussão.

Entende-se, nesse sentido, que a própria prevalência de um sentimento de solidariedade entre os indivíduos constitui uma territorialidade, no momento em que os colonos se posicionam contra a demarcação de terras indígenas, bem como atores do agronegócio, e demais agentes do capital. As territorialidades se caracterizam não apenas materialmente, mas também de outras formas, e ainda, por elementos históricos que alteram o significado de determinado lugar ao longo do tempo, o que não as tornam menos intencionais no sentido de pressionar os indivíduos a lutar por seus territórios.

Da mesma forma que os territórios podem ser materiais ou imateriais de acordo com as construções que os indivíduos lhe conferem, as territorialidades também podem expressar-se como materialidade, imaterialidade ou como espaço vivido, dependendo do conceito de território proposto (HAESBAERT, 2007).

De acordo com Saquet (2011, p. 79), “as relações de poder e, portanto as territorialidades são intencionais, [...] estratégias de poder que precisam

necessariamente ser apreendidas e explicadas como instantes e processualidades socioespaciais-territoriais”. Essas territorialidades se conflitam ao ponto em que as práticas dadas no processo são caracterizadas historicamente e geograficamente de “saber, poder, subordinação, aculturação, identificação, interação, exploração, degradação do ambiente etc.” (SAQUET, 2011, p. 79).

Esse conflito entre indígenas e agricultores, além de estar relacionado à diferenciação de territorialidades, está carregado de diferentes “temporalidades”, que na concepção de Saquet (2011, p. 79) significam “ritmos lentos e mais rápidos, desigualdades econômicas, diferentes objetivações cotidianas e, ao mesmo tempo, distintas percepções dos processos e fenômenos, ou seja, leituras que fazemos dos ritmos da natureza e da sociedade.” A partir disso, pode-se analisar que os territórios, “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder.” (SOUZA, 1995, p. 58) envolvidos na questão se diferenciam a partir de suas temporalidades e, conseqüentemente, territorialidades. As quais se encontram inter-relacionadas no momento em que duas visões de mundo se diferenciam, fazendo com que o colono traga uma racionalidade eurocêntrica, branca, do trabalho, acumulação, propriedade privada, entre outras, e o indígena uma lógica totalmente contrária, caracterizada por uma vida mais harmoniosa com a natureza, onde a exploração do meio e o uso da terra para fins econômicos e de acumulação não é a prioridade. Ainda sobre isso, Sack (1986, p. 81) afirma que “a territorialidade está intimamente relacionada ao como as pessoas usam a terra, como organizam o espaço e como dão significado ao lugar”. A disputa ocorre quando essas duas territorialidades se sobrepõem, com suas temporalidades e territorialidades, como é o caso da Terra Indígena do Mato Preto. Dessa forma, quando se fala em território, deve-se considerar também a sua base cultural.

Assim como a cultura, a tradição e a história que mediam a mudança econômica. Elas também mediam o modo como as pessoas e os lugares estão ligados, o modo como as pessoas usam a territorialidade e o modo como elas valorizam a terra.. [...]. A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem. Mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através da qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado. (SACK, 1986, p. 219)

Nesse sentido, a partir da leitura de diversas reportagens, acompanhamento do processo pelo meio midiático e contato com agricultores do entorno de Erechim,

percebe-se que há uma grande dificuldade em aceitar o “não uso produtivo” da terra. E a solução apresentada é de que é o indígena quem deve ser assentado em outras áreas, eles que devem deixar de lado a sua territorialidade como um todo e não o agricultor, justamente pela questão econômica de produção inerente ao pequeno agricultor. O tamanho da área delimitada, uma vez que o trabalho de campo realizado para a identificação e delimitação da Terra Indígena levou em consideração a mobilidade frequente do povo Guaraní, assumindo que a Terra Indígena deve ser composta por 4.230 hectares. Localizada em área dos municípios de Erebango, Erechim e majoritariamente em Getúlio Vargas. Isso causou descontentamento aos agricultores, até então “proprietários legais” das terras, as quais se encontram dentro da Terra Indígena do Mato Preto.

Segundo site do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), os indígenas estão expostos a condições precárias no acampamento em que vivem a quase 12 anos, à margem da via férrea sob concessão da ALL (América Latina Logística), próximo à BR 153, aguardando pela demarcação de sua terra.

Em função de vários fatores, basicamente e principalmente econômicos, os agricultores alegam que a Terra Indígena possui uma área maior do que o necessário, justificando-se pela não agroexportação que contribuem para a receita tanto pública quanto privada. Outro fator relevante, é que os agricultores se sentem desassistidos pelo governo em relação à falta de indenização pela desapropriação das terras, a qual não é garantida pela constituição aos que serão desapropriados. Ao mesmo tempo em que os indígenas ganham território, os agricultores perdem. De acordo com Santos (apud MEDEIROS, 2011, p. 221), esse tipo de território vai ser chamado de território esquizofrênico, pela contradição que apresenta.

Observa-se claramente a pressão e o preconceito sofrido por parte dos indígenas, que nesse caso, são a minoria. É visível tanto em reportagens quanto na fala dos atores envolvidos ou que se identificam com o pensamento eurocêntrico e produtivista, de que o povo indígena não necessita de tal quantidade de terras alegadas em estudos antropológicos, sendo que não irão trabalhar da mesma forma que os agricultores. Se está criando um forte discurso contra os próprios antropólogos, questionando as suas formas de atuação voltada a esses povos e os que se colocam a

favor das demarcações. Os indígenas comumente são taxados de “vagabundos” e “interesseiros”, e culpados por estarem atrasando e atrapalhando o desenvolvimento econômico local. Por conta desses fatores, e de outros mais, que pretende-se elencar no trabalho de conclusão de curso, uma reflexão crítica à situação em que os indígenas, pertencentes à Terra Indígena do Mato Preto, se encontram atualmente, bem como o processo que os levou a tal situação, levando em conta as temporalidades e as territorialidades inerentes a esse conflito.

Analisando em relação à questão indígena brasileira, o conflito presente no Mato Preto se diferencia por ser uma área ocupada por agricultores detentores de pequenas propriedades, que desenvolvem a chamada “agricultura familiar”. O que, entretanto, não os exime de praticarem uma agricultura convencional e vinculada ao agronegócio, reproduzindo o modelo de desenvolvimento capitalista, excludente por natureza. De acordo com Bombardi (2003), “o termo agricultura familiar tem sido introduzido - principalmente a partir da década de 1990 - em oposição ao conceito de camponês, para designar o quão os agricultores estão inseridos no mercado.” p. 06. Ou seja, os agricultores familiares estão imersos em uma visão empresarial e que esta por sua vez é avessa à lógica moral camponesa. O termo “agricultura familiar” diferencia-se do termo “camponês”, por exemplo. Segundo Stédille (1994) “Uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponês” p. 22. Dessa forma, o conflito indígena com o agricultor familiar é diferenciado do grande agronegócio, porém, é preciso fazer uma reflexão sobre o atual papel e posicionamento deste agricultor perante uma abordagem mais geral. Ainda, Fernandes (2001) vai dizer que:

[...]o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico - política. E como eufemismo de agricultura capitalista, foi criada a expressão agricultura patronal. (FERNANDES, 2001, p. 29-30)

Ao mesmo tempo em que o colono – atores da colonização – apresentam uma determinada territorialidade que é distinta em meio a outras formas de reprodução do Capital, e mesmo estando marginalizados de alguma forma, de alguns serviços

públicos básicos, ainda assim, a partir de uma análise mais profunda é possível perceber que ele se relaciona intimamente com a lógica capitalista e eurocêntrica, e assim levando vantagem (inclusive de políticas públicas) sobre os indígenas. O conflito, juntamente com a discriminação, preconceito e subordinação é fruto de um processo histórico que vem se arrastando há centenas de anos.

O pensamento moderno europeu pouco a pouco vai construir uma geografia imaginária onde as diferentes qualidades dos diferentes povos e culturas, que 1492 pôs em assimétrica relação, serão dispostas num continuum linear que vai da natureza à cultura, ou melhor, da América e da África, onde estão os povos primitivos mais próximos da natureza, à Europa, onde está a cultura, a civilização. E dominar a natureza, sabemos, é o fundamento da civilização moderna construída pelos europeus à sua imagem e semelhança e, para isso, os povos a serem dominados foram assimilados à natureza começando por considerá-los selvagens que significa, rigorosamente, os que são da selva, logo, aqueles que devem ser dominados pela cultura, pelo homem (europeu, burguês, branco e masculino). Vê-se, logo, que a invenção do europeu civilizado é, ao mesmo tempo, a invenção do selvagem e, assim, a invenção da modernidade é inseparável da invenção da colonialidade. (GONÇALVES, s/d)

5.2- TERRITORIALIDADE INDÍGENA GUARANI

A territorialidade Indígena se apresenta, hoje, como uma resistência frente ao modelo hegemônico que pode ser visto por vários vieses, tanto cultural, quanto econômico ou social. Se tratando de outra forma de organização que é tida como minoria dentro de nossa atual sociedade como um todo. Podemos apontar alguns elementos que formam essa territorialidade a fim de facilitar a análise. Porém, deixando clara a interligação entre esses elementos que serão abordados a seguir, que é o que de fato dão origem a uma territorialidade.

Podemos classificar em alguns eixos tidos como mais relevantes para a diferenciação da territorialidade indígena em relação à territorialidade dos agricultores: Cultura; Organização Social; Atividades Econômicas; Concepção de posse e Propriedade Privada; Visão Ambiental e Relação com a Natureza.

No que diz respeito à questão cultural, os indígenas vão se diferenciar em meio a uma cultura hegemônica consumista e global. Podendo ser percebido através de vários elementos, como por exemplo, a organização das suas moradias, de que materiais são constituídas e o que é usado nos adornos. As casas dos Indígenas Guarani, atualmente, são casas improvisadas, basicamente de madeira e com adornos bem marcantes que se resumem a artesanatos feitos com penas, sementes, cipós e

barbantes. Outro elemento importante destacado durante as visitas a campo é a preservação da língua Guarani. Segundo entrevista realizada com o Cacique Joel Pereira Kuaray, 90 % da população da Comunidade do Mato Preto são falantes da língua Guarani. Os outros 10% não são falantes, mas entendem. Segundo Kuaray, os indígenas que não são falantes são oriundos de outras etnias e foram acolhidos ao grupo. Segundo o Cacique:

A língua é a raiz da preservação de tudo. Por exemplo se tu não falar tua língua, tu acaba perdendo outras coisas também, a tua dança, a tua história. Então a língua é a primeira arma pra não perder totalmente a tua cultura. E é por isso que a etnia Guarani é uma etnia que tem essa preservação.¹

As danças, cantos folclóricos e a musicalidade também são muito distintas do que vemos atualmente nos meios de comunicação. Os Guarani em geral seguem a tradição de cantos e danças tradicionais carregadas de significados e de relação com a natureza. O modo de se vestir com roupas simples e que não tem o “espírito consumista” como alicerce do bem-estar relacionado à exclusão do mundo do consumo. Tudo muito vinculado a um modo menos artificializado, no sentido de pouco industrializado ou mecanizado. O que se tem são processos e materiais mais naturais e menos ilusórios, se formos analisar a partir de um ponto de vista mais reflexivo. Os indígenas possuem um grupo de apresentações folclóricas, chamado “Itá Mboboraí”, que realiza palestras e danças com pinturas e vestes tradicionais, contando a história a partir da visão indígena. Em troca das apresentações é concedido o espaço para venda dos artesanatos.

Figura 03: Grupo de Apresentações Folclóricas Ita Mboborai, dos Indígenas do Mato Preto.

¹ Kuaray, Joel Pereira: Entrevista realizada em junho de 2014. Entrevistadora: Marjana Vedovatto.



Fonte: Acervo de Merong Santos (Coordenador do Grupo).

A questão espiritual e religiosa também é muito vinculada aos “Espíritos da Natureza”. Em uma fala em entrevista, o Cacique Joel Pereira Kuaray conta que ao se migrar de uma área para outra, nos tempos passados: “os antigos iam em busca da terra sem males. Esses lugares que eles andavam eram lugares sem males, tinha toda uma questão espiritual também” (KUARAY, 2014). Os Guarani Mbya tem na religiosidade e na língua os principais elementos para preservar a sua identidade cultural. Essa religiosidade Guarani passa, sobretudo, pela procura da “Terra sem Males”. Os Guarani atribuem a essa “Terra sem Males” uma localização geográfica específica, fazendo com que todo o pensamento indígena, bem como sua religiosidade, girassem em torno dela. Isso também explica a característica migratória dos Mbyá, onde, para além das crenças religiosas, também se migrava em busca de terras de solo mais fértil e mata preservada, onde fosse possível viver de acordo com as tradições e valores de sua cultura.

A organização sócio cultural comunitária e política dos Guarani, também é uma característica que se diferencia. O grupo é unido em torno de sua identidade e todos colaboram para a manutenção da aldeia. Os idosos ocupam um lugar importante dentro do grupo, em função de suas sabedorias e experiências. É nomeado um cacique responsável por questões mais voltadas à política e organização do grupo. Toda essa lógica social tende a ser voltada ao coletivo através de ações solidárias, num meio

comunitário, onde as funções são divididas, mas sem colocar o individualismo como ferramenta principal de organização.

Em relação às atividades econômicas, os indígenas direcionam as atividades de plantio e colheita à sua própria subsistência. Os Guarani não tem um planejamento longo prazo e que visa acumular bens materiais a partir da exploração do meio ambiente. Segundo o Cacique Joel, “hoje, por exemplo, a maioria das aldeias que tem as suas terras, principalmente Guarani, elas não exploram muito. Não é explorado pra plantação de soja, pras comunidades enriquecerem em cima dela.” O objetivo primordial não é explorar e transformar a natureza apenas em recurso natural, onde o importante seja o lucro final. O mais importante é ter o alimento para todas as pessoas que integram o grupo e oferecer condições dignas para uma vida saudável e de bem-estar social a todos.

O Guarani também mantém uma relação de preservação ao meio ambiente que é próprio da sua cosmovisão e vinculado ao seu modo de viver sendo que o uso da terra que pressupõe formas de produção não mercantil, não predatória e não exploradora, sem predominância do uso econômica. O Cacique Joel explica que,

Dentro da cultura Guarani, o meio ambiente é tratado como se fosse uma mãe para aquelas famílias. Eu sempre falo uma mãe, porque nós, na nossa visão, nós defendemos o meio ambiente, a natureza. E a natureza é como uma mãe porque ela dá o leite, ela dá o fruto, dá o alimento para os seus filhos. Nenhum ser humano, até mesmo os animais não sobrevivem sem a natureza, sem o alimento. Dentro da visão Guarani que a gente tem, é um olhar assim que quando se tem o território, não é apenas pra se enriquecer em cima dele. Não é só para as famílias enriquecerem, comprar carros. Mas sim, sobreviver em cima dela. Mas ao mesmo tempo respeitando, também temos que fazer com que a natureza e o meio ambiente se reproduza.”² (KUARAY, 2014)

Fica explícito na fala do Cacique, uma crítica à lógica produtiva e um sentimento de pertencimento à natureza. Ao ser questionado sobre o que é feito para se manter essa visão sobre o meio ambiente em meio a uma outra lógica voltada à exploração e ao desenvolvimento, Joel fala que:

Isso é passado de geração para geração. Historicamente os nossos antepassados já viviam assim. E essa cultura vai passando de geração pra geração. E com relação à visão sobre a natureza e o meio ambiente, dentro da cultura guarani, já vem desde os nossos antepassados, os nossos mais velhos já vinham com essa visão e faziam. E isso já é ensinado dentro da própria convivência do dia-a-dia, com os pais. E é por isso que muitas vezes

² Kuaray, Joel Pereira: Entrevista realizada em junho de 2014. Entrevistadora: Marjana Vedovatto.

os mais antigos não paravam em certos lugares, hoje principalmente a etnia Guarani é chamado de povo nômade que andava muito, caminhavam muito. Moravam um certo período num lugar e depois iam para outro. Até por isso, na visão dos nossos antigos, os mais velhos, eles paravam em um certo lugar, naquela época como existia muita mata, paravam em um certo lugar, faziam suas roças, plantavam, caçavam, pescavam. Mas aí tinha momentos em que... porque a roça que eles faziam era num lugar fixo. Faziam um roçado num certo espaço e não podia se avançar mais. Então era aquele pedaço. e no momento em que eles percebiam que aquele lugar não dava mais pra plantar, que a Terra não conseguia mais produzir bem, aí eles saiam, eles mudavam pra outro lugar. Aí o que é que eles faziam, essa terra aqui nós vamos ter que sair desse lugar, deixar essa terra voltar ao normal de novo, voltar a crescer as matas, voltar a se criar animais de novo, e então saiam daquele lugar e iam para outro.

Joel comenta sobre as mudanças de lugares que a aldeia costumava fazer e a consciência que se têm sobre o tempo que deve se reservar para a renovação dessa natureza.

E no momento em que eles percebiam que aquele lugar não dava mais pra plantar, que a Terra não conseguia mais produzir bem, aí eles saiam, eles mudavam pra outro lugar. Aí o que é que eles faziam, essa terra aqui nós vamos ter que sair desse lugar, deixar essa terra voltar ao normal de novo, voltar a crescer as matas, voltar a se criar animais de novo, e então saiam daquele lugar e iam para outro. Naquela época não existia lugar que tivesse dono.³

Aqui, podemos ver a mudança que ocorreu em relação às concepções espaciais. Onde, primeiramente era um espaço em comum compartilhado e que servia como subsistência para todos que ali habitavam, e num segundo momento a divisão e venda das terras, colocando em evidência a lógica da propriedade privada. Os indígenas se colocam como parte do meio ambiente e não como superiores ou donos. Apenas buscam estabelecer suas territorialidades de forma que elas não sejam confrontadas ou tomadas pela racionalidade branca. Assim, temos a ocorrência da luta indígena pela sua afirmação e pelo seu território bem como a manutenção de sua territorialidade, elementos que foram historicamente usurpados.

Vivendo em condições precárias, sempre lutando pela retomada da posse ancestral de suas terras, pela legitimidade de seus rituais e de sua organização social e produtiva, as comunidades indígenas começam a dar sinais de vitalidade, tanto na forma de organização política quanto no que concerne à reivindicação de seus direitos históricos (SIMÃO, 2003, p.100).

³ Kuaray, Joel Pereira: Entrevista realizada em junho de 2014. Entrevistadora: Marjana Vedovatto.

Atualmente questiona-se a ideia de demarcações estabelecidas pela memória dos indígenas e de qual a validade temporal destas ocupações indígenas. Isso dificulta ainda mais o processo de demarcações, quando se legitima apenas a ocupação continuada de um determinado grupo indígena e então a partir desta relação histórica, determinar e configurar a sua relação com essa terra. Essa é uma das tentativas de negação do impacto que a colonização teve sobre populações indígenas, onde a maioria foi refugiada em áreas que não correspondem aos seus territórios de origem e muito menos à extensão ocupada antes da chegada das frentes de colonização. Porém, não se trata de delimitar apenas a extensão da área que era ocupada por essas comunidades, pois há uma certa dificuldade dos próprios indígenas em delimitar uma área para o exercício de sua sociabilidade, sendo que suas concepções sempre pressupõe noções abertas de território, com limites variáveis. A ideia de um território fechado e da propriedade privada e delimitada surge após as restrições impostas pelo modelo colonial.

Como isso predispõe uma territorialidade, a terra representa apenas uma pequena parcela de um território. Dessa forma, percebe-se a complexidade que gira em torno de uma territorialidade, indo além da descrição comportamental ou de organização social indígena, mas sim adentrando em uma esfera não concreta e que dá outro sentido e outra lógica de vida que claramente se opõe ao sistema mundo-colonial, justamente por não fazer parte dele. Sendo que toda sociedade existe de maneira a imprimir ao espaço que ocupa uma lógica territorial, também se formará uma territorialidade. É preciso deixar claro que a “Terra indígena” se diferencia de um “território indígena” bem como de sua territorialidade, representando uma parcela de um território mais amplo. Dessa forma, quando analisamos as políticas nacionais em relação à questão territorial dos indígenas, é preciso atentar para além do reconhecimento do direito à terra, mas sim da tentativa de preservar estas sociedades que se encontram fragilizadas.

5.3- TERRITORIALIDADE DOS AGRICULTORES

No estado do Rio Grande do Sul, o processo de colonização atraiu descendentes de europeus e europeus diretos, que ocuparam inclusive a Região Norte do estado a partir do século XIX, vindos com o intuito de desenvolver a região através da lógica do trabalho. Desse processo, resultou uma das principais características que marcam a

organização territorial regional: as “pequenas propriedades”. As propriedades oriundas desse processo são consideradas de pequeno porte, conforme classificação do IBGE. Podemos ver na tabela a seguir a predominância de estabelecimento agropecuários com área de 10 à 100ha de terra:

Tabela 01: Concentração dos estabelecimentos rurais dos municípios da Microrregião de Erechim, no Norte do Rio Grande do Sul, de acordo com a área em hectares.

Municípios	Área dos estabelecimentos rurais (em %)			
	Até 10	de 10 a 100	de 100 a 500	mais de 500
Erechim	3,35	58,23	20,90	17,52
Sertão	3,78	56,98	23,84	15,40
Getúlio Vargas	4,43	84,38	11,20	0,00
Campinas do Sul	5,04	66,03	17,98	10,955
Aratiba	3,81	89,66	2,87	3,655
Barão de Cotegipe	2,75	86,16	5,78	5,32
Ervál Grande	6,31	71,45	7,47	14,766
Viadutos	5,55	85,21	9,24	0,00
São Valentim	9,61	83,96	6,43	0,000
Jacutinga	5,76	50,25	32,58	11,413
Itatiba do Sul	10,88	85,87	3,26	0,00
Marcelino Ramos	5,82	80,25	7,39	6,538
Charrua	6,12	68,69	6,30	18,89
Gaurama	6,43	88,62	4,95	0,000
Severiano de Almeida	7,24	88,69	4,06	0,00
Erebango	2,60	51,25	28,38	17,78
Faxinalzinho	5,47	58,96	22,28	13,285
Barra do Rio Azul	3,38	94,78	1,85	0,00
Áurea	9,54	78,98	11,48	0,00
Centenário	7,34	91,08	1,58	0,00
Ipiranga do Sul	4,80	71,44	19,68	4,075
Três Arroios	3,67	96,33	0,00	0,000
Ponte Preta	7,70	90,12	2,18	0,00
Mariano Moro	9,69	82,39	7,92	0,00
Estação	5,47	80,99	13,53	0,00
Carlos Gomes	6,17	87,35	6,48	0,00
Entre Rios do Sul	8,70	79,38	11,92	0,00
	161,41	2107,47	291,52	139,60
% concentração área	5,98	78,05	10,80	5,17

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário, 1995/96. Estudo propositivo para dinamização do Território Alto Uruguai.

Elab. Paulo Brancher

Fonte: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio010.pdf

Os colonos, descendentes de europeus, são tidos hoje como “Pequenos Agricultores” ou “Agricultores Familiares”, em função do tamanho das propriedades e

por residirem nas propriedades rurais com suas famílias e inseri-la no trabalho do dia-a-dia. Historicamente, os colonos, de fato trabalhavam a terra manualmente e inseriam toda a família nesse processo, afim de manter sua subsistência com a produtividade da terra. Além da subsistência, visavam que a produção obtivesse um excedente, que seria, posteriormente, vendido para a obtenção de renda que resultaria na compra de “novas terras”. A agricultura era diversificada e ainda não se tinha o uso intensivo de agrotóxicos e insumos artificiais. Mesmo assim, o fato dos colonos terem dizimado a Mata Nativa, e feito uso intensivo do solo agregam grande impacto ambiental.

A partir da década de 1970, a agricultura no Brasil começa a se transformar impulsionada pela Revolução Verde, iniciando-se então o processo de intensificação da conversão da produção tradicional para a moderna agricultura, incentivada principalmente pelo Estado e pelas empresas multinacionais. Com isso, começa se consolidar no Brasil, inclusive no Alto Uruguai, o recente modelo agroexportador, que intensifica ainda mais a monocultura e a degradação do meio ambiente como um todo. Com isso o agronegócio vem tendo sucesso na eliminação do modelo de agricultura camponês, integrando o pequeno produtor familiar na lógica do capital no campo, sendo essa a lógica da produção mecanizada, onde praticamente é excluída a relação direta do homem com a terra em si, através do agronegócio atrelado com as corporações transnacionais e articulado com governos.

Em entrevista com Ademilson Baroni, coordenador do SUTRAF (Sindicato Unificado dos Trabalhadores da Agricultura Familiar), o mesmo afirma que:

Hoje eu diria que eles estão sendo muito reféns do processo de desenvolvimento econômico que se tem, onde entrou a questão dos insumos, teve a Revolução Verde onde se trouxe todo um pacote tecnológico pra aumentar a produtividade e também pra própria venda de insumos. Então o agricultor acaba sendo um pouco refém disso, e muitas vezes a relação dele com a terra acaba ficando em segundo lugar, mas aquele que já consegue ter um pouco mais de consciência, aquele que consegue pensar de fato numa sucessão, no futuro, na vida mesmo do planeta, consegue enxergar que a Terra é o seu bem maior que é a raiz dele.⁴(BARONI, 2014).

No discurso obtido pelos agricultores, aparece a questão ambiental como uma preocupação atual, porém as ações que se tomam em relação a isso são pouco visíveis. Na própria lógica de produção, percebe-se que a questão ambiental não é importante o suficiente para que se deixe de usar agrotóxicos ou que se procure uma forma

⁴ Baroni, Ademilson: Entrevista realizada em junho de 2014. Entrevistadora: Marjana Vedovatto.

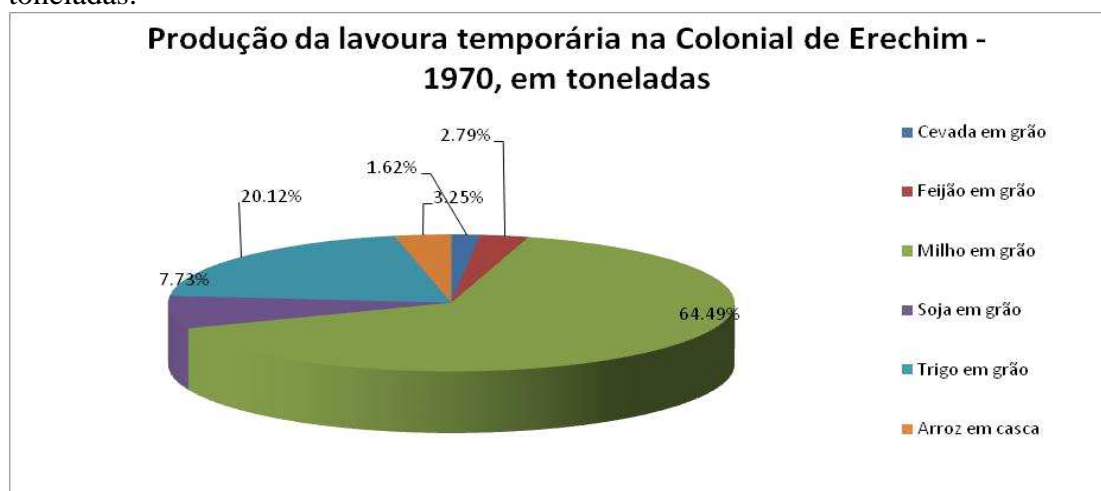
alternativa e diversificada de produção. O que se tem é o contínuo crescimento do agronegócio nessa região. O que predomina é o cultivo de soja, milho e trigo destinados a exportação, a produção de biodiesel ou para alimentação de gado.

Segundo Baroni,

A história que se tem é de que o agricultor tem a terra como patrimônio maior e a forma de vivência dele é muito especial. Ele vive em comunidade, ele tem seu próprio negócio, ele planeja sua propriedade, dá pra se dizer que ainda é uma sociedade diferenciada de ajuda, de vivência e de convivência.

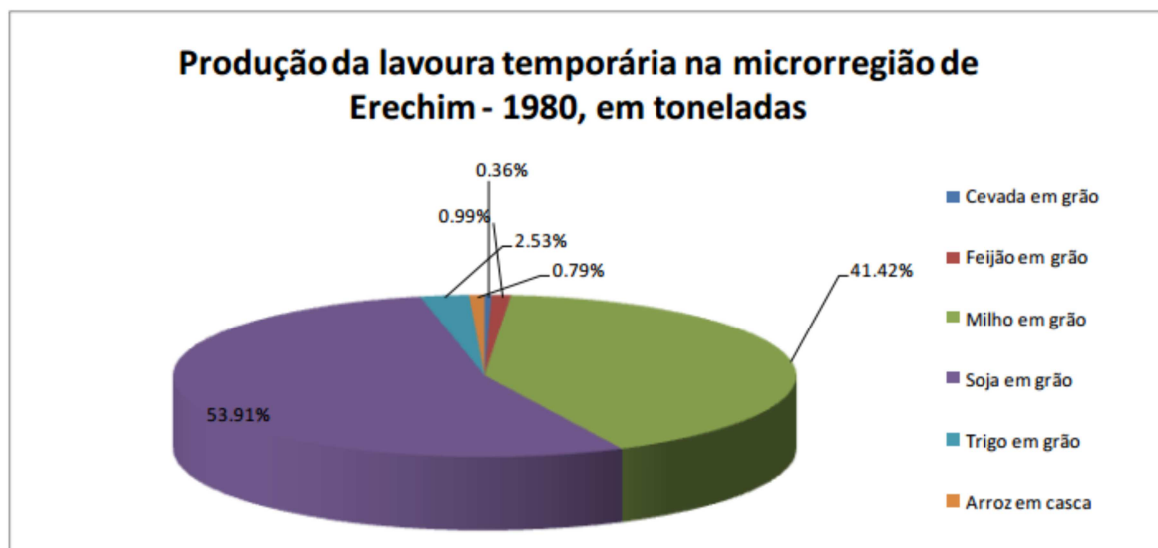
A seguir temos os gráficos da mudança drástica ocorrida num intervalo de dez anos, na produção da soja, símbolo do agronegócio.

Gráfico 01: Produção da lavoura temporária da Colonial de Erechim- 1970, em toneladas.



Fonte: Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul, 1971.- GABOARDI, Shaiane et al. **Agroecologia e Disputa Territorial na Região Alto Uruguai, Rio Grande do Sul:** a estruturação da Rede Ecovida e a construção de territorialidades-rede. In Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2013, João Pessoa. Anais UFPB.

Gráfico 02: Produção da lavoura temporária na microrregião de Erechim, 1980 – Em toneladas.



Fonte: Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul, 1980.- GABOARDI, Shaiane et al. **Agroecologia e Disputa Territorial na Região Alto Uruguai, Rio Grande do Sul:** a estruturação da Rede Ecológica e a construção de territorialidades-rede. In Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2013, João Pessoa. Anais UFPB.

O valor de uso da terra é tido como primordial para sua sobrevivência, mas de fato, não se pode negar que a territorialidade dos agricultores também se baseia em suas vivências na comunidade. Se organizam dentro da lógica de propriedades privadas e se constituem em núcleos familiares baseados, sobretudo dentro da perspectiva da Igreja Católica.

Mesmo trazendo uma realidade diferenciada, onde se tem pequenas propriedades de terra historicamente ocupadas por suas famílias que continuam vivendo com a marginalização de alguns serviços públicos essenciais como saúde e educação, o agricultor faz parte sim do processo de hegemonização cultural representado pelo agronegócio.

A territorialidade dos agricultores, apesar de já distanciada temporalmente e espacialmente de imigrantes europeus, ainda se encontra carregada de diversos elementos como já foram descritos anteriormente, que caracterizam uma racionalidade específica, a qual é altamente territorialista, no sentido de impor sua cultura e organização social pautados no pensamento europeu de acumulação e desenvolvimento econômico.

5.4- CONFLITO ENTRE AS TERRITORIALIDADES

A identificação e a delimitação da Terra Indígena do Mato Preto se deram a partir da reivindicação do grupo Indígena Guarani Mbiá e Xiripá. Após serem expulsos das terras onde viviam, por volta de 1950, de acordo com a CTI (Centro de Trabalho Indigenista), os Indígenas Guarani do Mato Preto foram viver em terras (já demarcadas) de domínio Kaingang em Cacique Doble, onde passaram a dividir a mesma reserva indígena. Esta Região era habitada não só por Guaranis, mas também por outras etnias, todas elas com territorialidades distintas e que, atualmente, também participam da luta indígena por demarcações e por sua aceitação dentro da sociedade. Os indígenas Kaingang, por exemplo, historicamente, são tidos como mais agressivos, em função de não aceitarem de forma pacífica a ocupação de seus territórios por não-indíós, partindo para o embate físico, realizando ataques entre outras ações diretas aos invasores, conquistando assim, mais rapidamente seus objetivos. Porém os Guaranis, apesar de não ter essa característica mais “agressiva”, também são provas de resistência em relação aos seus territórios. Preferem preservar seu povo da luta armada, num momento em que se implanta uma nova cultura, religião, enfim, formas diferentes de viver. Os Guarani não cederam e continuaram mantendo seus costumes, sua língua, não abrindo mão de sua territorialidade. Segundo Buzatto (2013)

Neste processo colonizatório, por não imprimirem resistência bélica, os Guarani acabaram totalmente alijados de seu território. Sendo obrigados, desde então, a residirem, “de favor”, no interior das terras reservadas aos Kaingang ou nas beiras das rodovias que foram sendo abertas no estado. (p. 01)

Em 15 de setembro de 2002, a FUNAI publicou uma portaria criando um grupo técnico que iniciaria os trabalhos de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Guarani. A partir disso, em setembro de 2003, após desentendimentos com os Kaingang, os Guarani se mobilizaram e decidiram retomar seu território montando um acampamento ao lado da RS 135, nas margens dos trilhos da estrada de ferro da América Latina Logística, exigindo providências da FUNAI perante o caso. Segundo o CTI, o Grupo de Trabalho da FUNAI para a identificação da Terra Indígena do Mato Preto só foi criado, de fato, em abril de 2004, e o relatório final entregue em 2005, constatando a necessidade de demarcação de 4233 hectares de terra. A área reivindicada se encontra localizada dentro dos limites municipais de tres municípios no norte do estado do Rio Grande do Sul: (4%) em Erechim, (87%) em Getúlio Vargas e (9%) em Erebango.

Atualmente a área demarcada como Terra Indígena, é ocupada por mais de 300 famílias de agricultores, em sua maioria pequenos proprietários, que herdaram as terras adquiridas por seus familiares na época da colonização. Após a identificação e delimitação da Terra Indígena pelo referido grupo de trabalho, o que pressupõe a retirada da posse das terras dos agricultores, ocorreu que, juntamente com seu sindicato organizado e algumas autoridades públicas políticas, os agricultores passassem a reivindicar a sua permanência na terra e protestassem contra a demarcação da área como “Terra Indígena”.

Figura 04: Protesto realizado por agricultores contra a demarcação da Terra Indígena Mato Preto em outubro de 2012.



Fonte: Site Agroclima. Disponível em: <http://www.agroclima.com.br>. Acessado em julho de 2014.

Para além do conflito inicial, onde os indígenas foram expulsos de suas terras no início da colonização no Alto Uruguai, neste momento temos um segundo conflito, caracterizado pela retomada desses territórios pelos Indígenas e que agora se encontram sob posse dos colonos. Dentro destes conflitos, além de toda uma sociedade pautada na lógica do trabalho, desenvolvimento econômico e uso produtivo da terra, irão se destacar alguns atores diretamente ligados a este processo. Os próprios Indígenas, atualmente amparados pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio); os

Colonos, atualmente organizados através do Sutraf (Sindicato Unificado dos Trabalhadores da Agricultura Familiar) e o Estado, tanto no nível Federal quanto Estadual, representados pelo Ministério Público e políticos dentre outros.

Os agricultores passaram a protestar contra a demarcação, usando como argumento principal a sua não indenização pelas terras por parte do governo; o não uso da terra para produção agrícola pelos Guarani e o sentimento de pertença e identidade com o lugar de vivência de suas famílias apresentando a escritura de pose legal da época em que as terras foram adquiridas pelos colonos por meio do Estado e empresas de colonização.

Figura 05: Protesto realizado por agricultores contra a demarcação da Terra Indígena Mato Preto em outubro de 2012.



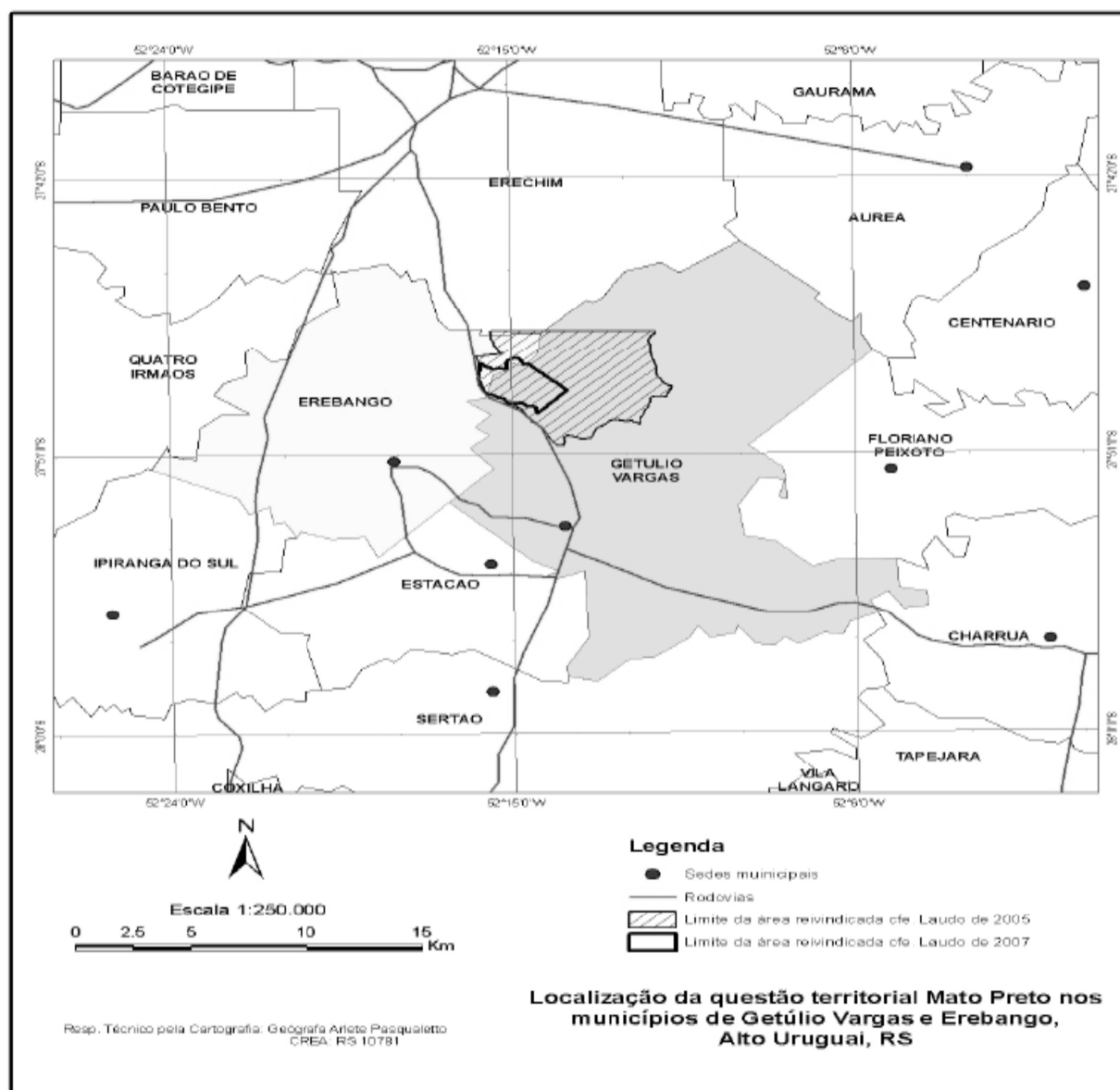
Fonte: Página virtual “Quatão Indígena”. Disponível em: <http://www.questaoindigena.org>. Acessado em julho de 2014.

E ainda, os agricultores também questionam as bases antropológicas para o laudo que delimitou o tamanho da área a ser demarcada. Alegam que a Antropóloga responsável pelo Relatório final estaria sob efeito de chá alucinógeno. Esta informação

foi, inclusive, veiculada por matérias em jornais locais e páginas da internet, conforme **anexo 01**.

Além da afirmação de que a Antropóloga estava sob efeito de chá alucinógeno quando alegou a “necessidade de peregrinação dos Índios Guaraní para o Mato Preto”, a notícia (Anexo 01) traz a fala do vice-prefeito e proprietário de terra de Getulio Vargas, na época, Mauricio Soligo, alegando: “São agricultores familiares responsáveis pela produção, pelo desenvolvimento do município, pelo desenvolvimento da região”. Deixando claro uma importância maior com a questão econômica, tanto para a Administração Municipal, como para ele no seu papel de agricultor. E ainda, outro elemento importante destacado em várias falas é o Título de Posse cedido aos colonos pelo Estado na época da compra das terras. O que os legitima como proprietários por meio da herança de seus antepassados. Todos esses argumentos dos agricultores, geraram ainda um “contra-laudo”, uma espécie de “estudo técnico”, denominado como “Relatório de Perícia Fundiária”, requerido pelos agricultores, o qual faz o contraponto, dizendo que a área demarcada não é de “ocupação tradicional” como aponta o laudo antropológico, mas sim de ocupação temporária dos indígenas. E ainda, propõe uma redução no tamanho da área de mais 4 mil para 233 hectares. No mapa a seguir, é possível identificar as proporções das áreas apontadas pelos dois documentos:

Mapa 03: Delimitações da Terra Indígena Mato Preto a partir do Laudo Antropológico e do Relatório de Perícia Fundiária.



Fonte: Relatório de Perícia Fundiária, 2010.

Mesmo com grande resistência por parte dos agricultores, o Ministério da Justiça deu continuidade (de maneira lenta) ao processo e demarcou a área como indígena com base no Laudo Antropológico desenvolvido a partir do Grupo de Trabalho da FUNAI, ou seja, os 4233 hectares. Porém, os agricultores, amparados por autoridades políticas do estado do Rio Grande do Sul, juntamente com o SUTRAF (Sindicato Unificado da Agricultura Familiar no Alto Uruguai), conseguiram uma liminar na Justiça que suspendeu temporariamente o caso.

O governo do estado tenta mediar o conflito entre indígenas e agricultores, pedindo que os dois grupos cedam e entrem num acordo, o que na verdade seria pedir que os indígenas abrissem mão de seus direitos, de ter a terra demarcada segundo

Laudo Antropológico sob pressão perante a demora da resolução do problema. Os indígenas frente à realidade colocada de conflito constante carregado de racismo e preconceito, além de suas condições precárias de instalação, se viu obrigado a ceder e aceitar a redução da área demarcada na esperança de que possam de fato ocupar sua Terra, ao ponto em que já estão a mais de dez anos aguardando o findar do processo de demarcação. Porém, esta solução apresentada não resolve o problema em si. A necessidade que se há é de que a área seja demarcada cumprindo a Constituição de forma ágil, como a devida indenização e reassentamento dos agricultores, podendo assim a terra ser de fato ocupada pelo povo Guarani. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em nota, alerta:

Uma eventual “redução” da terra já declarada como tradicionalmente indígena, trará consequências extremamente negativas não somente para os próprios Guarani, mas também para todos os povos indígenas do Brasil. Num momento em que os direitos territoriais e os povos indígenas são violentamente agredidos em todas as regiões do país, a redução da Terra Indígena Mato Preto seria entendida como um prêmio à morosidade governamental e aos setores político-econômicos responsáveis pelo ataque anti-indígena em curso. [...] os setores anti-indígenas, especialmente a bancada ruralista, logo mais irão alardear este fato e passar a mensagem de que é vantajoso opor-se às demais demarcações em curso no Rio Grande do Sul e no país, chegando inclusive ao cúmulo de ameaçar e incitar violências físicas contra estes povos. A consequência disso será o aumento exponencial dos conflitos pela terra e das violências contra os indígenas naqueles e noutros estados. Redução de Terra Indígena jamaris será uma alternativa para solução de conflitos fundiários. (CIMI, 2014)

As territorialidades, tanto indígenas quanto dos agricultores, se apresentam de maneira complexa. Pois não se trata apenas de destacar as principais características inerentes aos dois grupos. É preciso analisar outros fatores que permeiam determinados comportamentos e desse modo relacioná-los, formando uma espécie de rede de elementos que ajudarão a identificar as territorialidades distintas, bem como o conflito existente entre elas. A diferenciação entre as territorialidades vem à tona no momento em que se analisa as diferentes intencionalidades que se manifestam sobre o espaço em questão. A partir destas intencionalidades, irão se desencadear inúmeros desdobramentos.

Uma das características marcantes dos indígenas Guarani Mbiá é a mobilidade e a necessidade de mudança de locais em busca de terras sem males e que tenham algum valor simbólico por eles atribuído. Essa característica faz com que, numa tentativa de aproximação do que seria de fato a área de circulação Guarani, sejam demarcadas

grandes áreas como terra indígena. Essas demarcações cada vez atingem mais áreas que se encontram rodeadas por interesses especulativos, seja pelo valor da terra em si, seja pelo valor do seu uso produtivo. Este seria o primeiro obstáculo encontrado pelos indígenas na retomada de seus territórios. Quando uma área é demarcada como terra indígena, esta deixa de prestar uma função produtiva capitalista e sai da mira da especulação. Essa questão da dimensão territorial é quase que incompreensível, ao ponto em que a sociedade no auto de sua superioridade colonial eurocêntrica já colocada historicamente, se nega a aceitar qualquer outra forma de organização social.

Para os agricultores, a terra assume o papel de propriedade particular e é destinada unicamente para a produção agrícola ou pecuária em sua grande maioria, em alguns casos, o monocultivo arbóreo entre outras atividades econômicas. O colono vê o valor econômico-material acima de qualquer outro. Por exemplo: uma floresta pode representar lucro com a venda da madeira, já um banhado em meio a uma área plana desmatada representa desperdício de terra que poderia estar sendo usada para produzir. Ou seja, não há uma preocupação maior com a preservação ambiental ou uma ligação mais afetiva com a natureza. A relação do colono com a terra é basicamente econômica. Mas levando em consideração essa sua bagagem histórico-cultural, deve-se compreender que de fato, essa relação econômica com a terra gera uma afetividade com a propriedade, bem como um sentimento de pertencimento, mesmo que haja uma inversão de valores sentimentais por materiais, e que estes de alguma forma se confundam, a propriedade rural também se constitui um lugar de vivência destes indivíduos.

Figura 06: Protesto realizado por agricultores contra a demarcação da Terra Indígena Mato Preto em outubro de 2012.



Fonte: Jornal a Folha Regional. Disponível em: <http://afolharegional-afolharegional.blogspot.com.br>

Há extrema dificuldade de aceitação da sociedade indígena por parte do homem branco, sobretudo na Região Norte do estado do Rio Grande do Sul, onde a colonialidade e os traços culturais de imigrantes europeus ainda se encontram marcantes, não só nos seus costumes e modo de viver, mas também no tratamento hierarquizado das culturas, próprio do pensamento eurocêntrico. As atitudes de opressão e inferiorização da cultura indígena, principalmente no que diz respeito às suas moradias e a não obseção pelo trabalho e acumulação, são resquícios históricos que jamais foram desconstruídos e ainda hoje pesam perante a falta de consciência humana com os povos tradicionais, que hoje são as minorias. No momento em que temos a territorialidade indígena sobreposta à territorialidade dos agricultores num mesmo espaço, se gerará um conflito, justamente pela tentativa de dominação do território, através das relações e disputas intensas de poder, trazendo consigo as intensionalidades pertinentes a cada grupo.

Território é espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim, há, sempre, território e territorialidade, ou seja, processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.46)

Havendo disputa de poder sobre determinado território, conseqüentemente haverá um conflito de territorialidades, levando em consideração que neste caso essa disputa se dá de maneira nitidamente desigual, onde os indígenas se apresentam como um grupo socialmente vulnerável, justamente por representar uma resistência e uma sociabilidade emergente em meio ao modelo global econômico, social e de demais normatividades. Os agricultores, por sua vez, estão amparados com uma forte organização sindical e com estratégias que pressionam o Poder Público ao seu favor em função de sua representatividade no setor econômico regional. Frente a essa realidade, os colonos realizam constantes reivindicações se colocando contra a demarcação de terras, onde ganham o apoio da população local no geral, que em sua grande maioria também são descendentes de imigrantes.

Com a demora no processo de demarcação (que perpassa mais de dez anos), o conflito vem tomando proporções consideráveis, não só com os indígenas do Mato Preto, mas com as demais comunidades estabelecidas na Região Norte do Rio Grande do Sul. Constantemente ocorrem casos de opressão violenta contra os indígenas, seja pelos agricultores com protestos e articulações contra as demarcações, moradores urbanos que os impedem de ocupar calçadas, da Brigada Militar que dificulta a venda de seus artesanatos e os criminaliza frequentemente. Pode-se dizer que o conflito de territorialidades torna-se cada vez mais intenso, levando em conta as consequências da disputa pelo poder territorial carregada de repulsão e ódio contra a territorialidade indígena que se torna crescente.

No ano de 2012, a Universidade Federal da Fronteira Sul realizou um dos primeiros encontros que traziam a discussão sobre a Demarcação de Terras Indígenas na cidade de Erechim. Até então, pouca atenção era dada a esta problemática por parte dos setores acadêmicos regionais. O grupo de estudantes, professores, indígenas, agricultores, bem como representantes da Funai, debateram e discutiram sobre os processos de demarcação de terras indígenas na Região do Alto Uruguai, fazendo um resgate histórico e dando espaço para os argumentos vindos dos dois grupos envolvidos nos conflitos. Neste momento ficou visível o comportamento de exaltação e agressividade por parte dos agricultores contra qualquer demonstração de defesa dos povos indígenas, os quais foram atacados verbalmente juntamente com o representante da FUNAI. Comportamento este, que revela o grau do conflito aliado ao racismo.

Figura 07: Convite para Discussão sobre Demarcações de Terras Indígenas no Rio Grande do Sul.



Fonte: Arquivos GPASE.

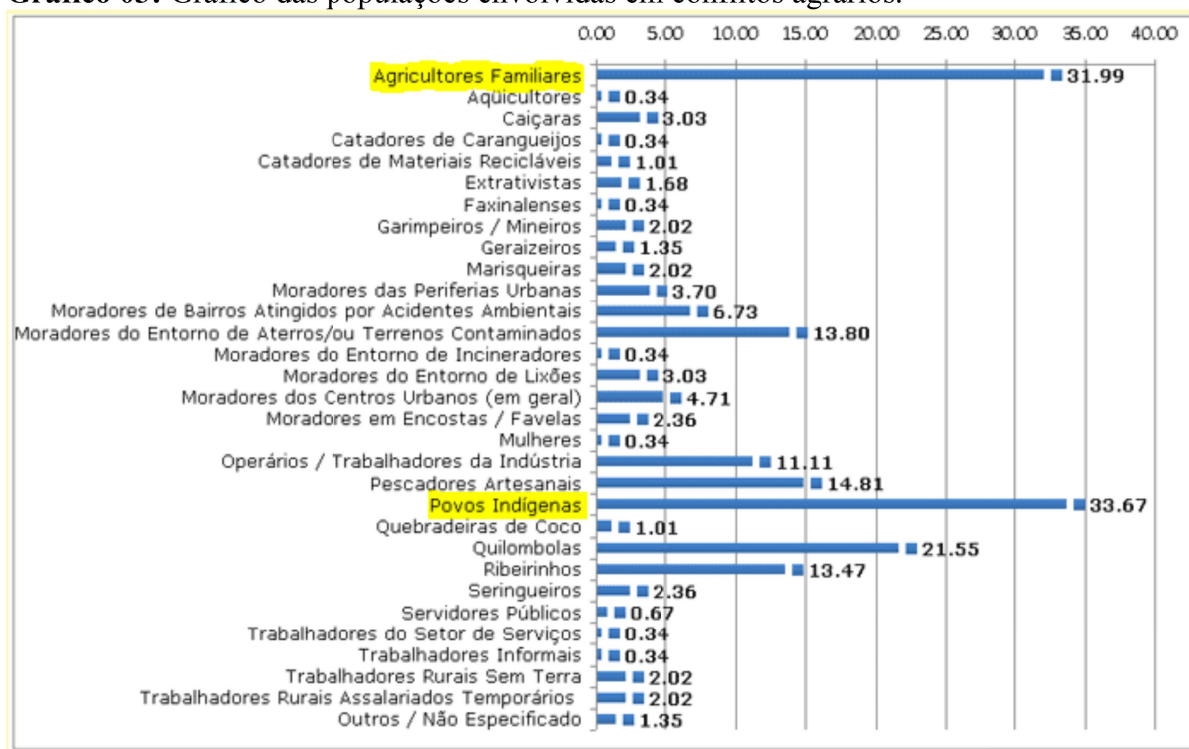
Fica evidente que os agricultores – apesar de marginalizados em relação aos grandes latifundiários – estão do lado do desenvolvimento econômico capitalista, e se encontram inseridos numa lógica ruralista do agronegócio, e assim ganhando apoio de toda sociedade que também compartilham dessa racionalidade. Dessa forma, os indígenas passam a ocupar um lugar totalmente marginalizado e nossa sociedade, sem muito poder de ação contra o preconceito institucionalizado em nosso meio.

6- GEOGRAFIA, TERRITÓRIO E QUESTÃO INDÍGENA

A questão indígena brasileira vem se arrastando por séculos desde a colonização até os dias atuais, não tendo previsão para ser de fato solucionada. Nos encontramos em uma sociedade que tenta ignorar problemáticas relevantes como esta, colocando comunidades originárias como a última parcela a ser levada em consideração dentro do sistema de modernização vigente. Esses grupos, altamente marginalizados em todos os sentidos, ainda resistem e buscam a afirmação em seus territórios perante suas identidades, estabelecendo suas territorialidades. Vemos aqui dois grupos, indígenas e pequenos agricultores: Indígenas procurando o seu lugar como qual, com sua

territorialidade dentro de uma sociedade a qual ele não se adéqua, e logo tende a ser excluído. Pequenos agricultores que desde sempre, foram a “classe” excluída e marginalizada dentro do mundo rural produtivo, justamente por apresentar pouco poder econômico (e também simbólico) em função da extensão de suas propriedades em relação aos grandes latifundiários. No gráfico a seguir, é possível verificar dentre os grupos envolvidos em conflitos agrários, uma concentração nos mesmos dois grupos aqui elencados.

Gráfico 03: Gráfico das populações envolvidas em conflitos agrários.



Fonte: Mapa da Injustiça Ambiental em 2010. Defensoria Pública Federal.

Porém, este quadro vem tomando proporções diferentes, sobretudo na Região Norte do Rio Grande do Sul. Com o atual governo federal, os agricultores começaram ganhar espaço através de incentivos de crédito e diversas políticas que visam inserir o pequeno agricultor na lógica do agronegócio, pois apesar de também ser considerado um grupo marginalizado dentro da esfera rural, alienados pela lógica desenvolvimentista, os agricultores, além de vítimas do agronegócio, se tornam também seus atores. Esta seria uma das grandes diferenças que encontramos entre os dois grupos envolvidos neste cenário de conflito entre territorialidades. Apesar dos agricultores ainda se encontrarem em uma situação vulnerável, conseguem encontrar o

seu lugar dentro da sociedade, porque mesmo que de forma marginal, produzem e consomem, colaborando assim para o desenvolvimento capitalista.

Isso mostra como - apesar deste conflito ocorrer entre dois grupos considerados marginalizados – essa disputa se dá de maneira desigual. Como de fato, fica evidente o posicionamento de agentes políticos e da sociedade em geral, contra a demarcação de terras indígenas em áreas produtivas, fazendo com que se aumentem ainda mais o racismo e o preconceito institucionalizado contra a cultura indígena. O pensamento colonial encontra-se tão enraizado, que é demasiado difícil criar a consciência de que outras territorialidades devem ser aceitas e de fato mantidas. Esta é a questão central da causa dos conflitos de territorialidades: analisar a problemática a partir de uma visão conservadora e que busca uma solução a partir da inclusão do outro à sua territorialidade, ignorando suas diferenças essenciais.

Hoje, em tempos de globalização, os ideais de luta são reproduzidos de cima para baixo, assim como ocorrem hierarquias de poder econômico e sociocultural, também ocorre a reprodução de determinadas ações, fazendo com que escolhamos ou que simpatizemos com um ideal de vida em sociedade. Esse modelo ideal de comportamento social nada mais é do que um regramento estabelecido pela própria sociedade, ao ponto em que se absorve uma cultura hegemônica. As discussões e os assuntos pautados em reivindicações e ideais de mudança social, apesar de terem se tornado ainda mais unitários, continuaram com um caráter de reprodução, assim como uma técnica hegemônica, o discurso vindo de outro território com maior poder político e econômico vai ser aceito como o modelo ideal e logo o local terá que se adaptar ao modelo cultural e social global. Pode-se citar tanto modelos de desenvolvimento que se tornam hegemônicos, como é o caso do modelo desenvolvimentista no Brasil ou até mesmo alguns movimentos que são pautados na demanda dos que dele fazem parte, porém com metodologias vindas de fora, métodos que se tornaram os dominantes por terem sido criados por países dominantes, onde as pautas e discussões, bem como o próprio discurso é absorvido de cima para baixo. Várias pautas não são geradas a partir do local. Em alguns casos de movimentos que tomaram grandes proporções no Brasil, encontram-se com um núcleo centralizado e que adotou técnicas de movimentos sociais e discute teorias advindas de fora, sobretudo de movimentos constituídos na Europa, baseados em premissas do moderno mundo colonial. E muitos destes

movimentos que só chegaram ao Brasil depois de muitos anos principalmente nas capitais e só depois de tempos começa ser difundido no interior. Com essa afirmação, não estamos buscando deslegitimar tais movimentos e muito menos mostrar que o interior é atrasado perante as capitais e que o Brasil é atrasado em relação à Europa. Mas sim, mostrar como ainda hoje somos incapazes de fazer uma análise profunda de nossa sociedade local e a partir disso criarmos pautas de discussão para que se crie um mundo mais igualitário. Tudo é pensado a partir de teorias hegemônicas que faz com que se fique sempre esperando alguma nova “tendência” global surgir, para que então consigamos dar mais um passo a frente na evolução da consciência humana de igualdade em todos os sentidos.

Sendo assim, é possível afirmar que hoje o movimento de resistência realizado pelos indígenas em busca da sua aceitação e retomada por seus territórios vem a ser de fato, um dos fenômenos mais relevantes no atual cenário de luta contra os efeitos do Capitalismo. Principalmente, no que difere em relação ao seu objetivo de luta, que se caracteriza não só na busca de terras para produção agrícola e ascensão econômica individual familiar, mas sim na sua afirmação enquanto indígena, se territorializando de fato com sua cultura e visão de mundo, as quais vão totalmente na contra-mão do que nos está dado. Na tentativa de conciliar o bombardeio cultural advindo da sociedade branca, que tenta a todo custo agregar o indígena aos seus moldes (principalmente no que diz respeito ao mercado de trabalho e à lógica do consumo e propriedade privada) com as raízes culturais de seu povo, o indígena se encontra em um momento delicado, onde sua forma romantizada visto e considerado indígena por muitos ainda somente se isolado em meio à mata, vivendo nu e se alimentando de caça e pesca, ao mesmo tempo em que é pressionado a se inserir e atender as demandas sociais capitalistas.

A partir destes fatos, a Geografia tem um papel fundamental em analisar de forma crítica este fenômeno, - que se caracteriza como um fenômeno geográfico, e entender a partir de elementos históricos e sociais como e por que um conflito de territorialidades se constitui em um dado momento, apresentando assim um relevante acontecimento que reúne inúmeros elementos que são inerentes ao Espaço Geográfico. Podendo assim, concluir que o planejamento territorial realizado pelo Estado, ganha uma sobreposição de espaços ao longo do tempo e vem sempre carregado de

intencionalidades, que visam beneficiar grupos que vão se encontrar estrategicamente posicionados em prol do desenvolvimento econômico. É preciso analisar o fenômeno geográfico partindo de uma compreensão mais clara de tal processo, procurando se despir ao máximo de pré-conceitos usuais do senso comum influenciados pelo pensamento colonial. Para tal análise se faz necessário não apenas uma compreensão em escala local, mas também é imprescindível que haja um entendimento em uma esfera maior, que aborde o significado e a representação do pensamento ocidental e seus reflexos no local.

Portanto, o mero dever de reparação da dívida histórica para com esses povos, parece motivo mais que suficiente para que sejam de fato seus direitos respeitados enquanto sociedade diferenciada. Para além desta dívida histórica, ainda temos que considerar que o desaparecimento, seja ele físico ou cultural, de um povo indígena irá corresponder ao fim de uma sociedade inteira, e com ela à erradicação de toda uma cultura, de um conjunto inimaginável de saberes e conhecimentos trazidos de tempos e espaços ancestrais. Nesse sentido, a demarcação de Terras Indígenas se torna imprescindível para a continuidade da existência dessas comunidades. A não demarcação dessas áreas está intimamente ligado em permitir o desaparecimento de um povo indígena e conseqüentemente determinar a exclusão de uma cosmovisão, em nome de um processo planejado para o desenvolvimento econômico baseado em paradigmas ocidentais coloniais (e que se dizem ser civilizatórios).

Além disso, é importante atentar para o fenômeno da reprodução da razão central – econômica - do conflito pelo qual os indígenas são afetados diariamente até os dias de hoje. Com princípio econômico, a fúria do homem branco contra os indígenas, tem o interesse pela terra e pelos recursos naturais nela presente como alicerces das ações anti-indígenas. Esse fator marca a configuração de um cenário cada vez mais difícil para a defesa dos indígenas. Dentre outros obstáculos, ganha força uma política anti-indigenista adotada por agentes públicos defendendo interesses de agentes privados e atuais detentores de terras contra esses povos, na forma de oposição ao regime de demarcações de suas terras. Esse fato, que atualmente é liderado por setores ligados ao agronegócio, desenvolveu as mais variadas estratégias, afim se afirmar a partir de expressões concretas de expressão e ação política anti-indígena.

É inadmissível que se continue negando a diversidade, ao compreender e explicar o mundo. Essa negação é a base do princípio colonial que, por isso mesmo, opera a exclusão e a marginalização de tudo o que é diverso do (e, portanto, estranho ao) universo dominante. Desde o período colonial, se achava necessário levar a civilização e a sabedoria para povos selvagens e ignorantes da América, como se ‘a alteridade’ fosse uma página em branco a ser preenchida pelo saber e cultura ocidentais. Frente a todas essas reflexões e dado o momento da importância cultural e étnica indígena, e ainda como seres humanos no seu direito de viver como bem entenderem é que questionasse qual a razão para, passados mais de 500 anos, não se consiga conceber outra forma de olhar para o outro? E esse outro dentro de uma esfera maior que diz respeito a um sistema-mundo dominante? Infelizmente, essa compreensão foi tão bem aceita e pouco confrontada, que foi capaz de construir sujeitos que reproduzissem o pensamento colonizador de maneira naturalizada. Partindo-se de tais premissas e a partir das reflexões feitas em torno da Ciência Geográfica, coloca-se como desafio central rever, no rumo da descolonização, o tema dos povos indígenas no Brasil. É preciso avançar dentro não só das política indigenistas, mas também na conscientização social, e nesse sentido apontar, procurando contribuir com a valorização dos povos indígenas, caminhos de debate sobre a relação desses povos com o Estado e com sociedade.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, M. C. **Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades:** os limites do poder nacional e o poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A. e SILVEIRA, M.L. (orgs.) *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1998.

BOMBARDI, Larissa Mies. **O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar.** GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 14, pp. 107-117, 2003. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp14/Geousp_14_Bombardi.htm>

CARON, Márcia S; TEDESCO, João C. **O Estado positivista no norte do RS:** a questão da propriedade da terra e a fundação da Colônia Erechim (1890/1910). *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 16, n. 2, p. 221 Maio/Agosto, 2012.

CIMI, Conselho Indigenista Missionário. **Redução de Terra Indígena não é alternativa para solução de conflitos fundiários.** Nota. Disponível em: http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=7347&action=read. Acesso em 30 de janeiro de 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST.** São Paulo, Cortez Editora, 2001.

FREITAS, Ana Elisa de Castro. **Relatório Ambiental Circunstanciado.** Grupo de Trabalho para Identificação e Delimitação Terra Indígena Guarani Mato Preto. Porto Alegre, 2004.

GABOARDI, Shaiane et al. VEDOVATTO, Marjana; EDUARDO, Marcio Freitas; LINDO, Paula de Faria. **Agroecologia e Disputa Territorial na Região Alto Uruguai, Rio Grande do Sul:** a estruturação da Rede Ecovida e a construção de territorialidades-rede. In *Simpósio Internacional de Geografia Agrária*, 2013, João Pessoa. Anais UFPB.

HAESBAERT, Rogério. **Da Desterritorialização à Multiterritorialidade.** In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA-EGAL, 10, 2005, São Paulo. Anais. São Paulo: Universidade de São Paulo-USP, 2005. pp. 6774 - 6792. CD

HAESBART, R. **Território e Multiterritorialidade:** um debate. *GEOgraphia*, ano IX, n.17, p.19-46, 2007.

MEDEIROS, Rosa. **Território, espaço de identidade.** In: SAQUET, M. **Territórios e Territorialidades.** Teorias, processos e conflitos. Expressão Popular. São Paulo, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **De saberes e de territórios:** diversidades e emancipação a partir da experiência latino-americana. *GEOgraphia*, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói/RJ, Ano VIII – Nº 16, p.41-55, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Da geografia às geo-grafias:** um mundo em busca de novas territorialidades. s/d. Biblioteca Virtual Clacso. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cecena/porto.pdf>>.

RÜCKERT, Aldomar A; KUJAWA, Henrique. **A questão territorial Mato Preto nos municípios de Getúlio Vargas, Erebangó e Erechim/RS.** Relatório de Perícia Fundiária. 2010.

SACK, Robert David. **Territorialidade Humana:** sua teoria e história. Cambridge University Press. Cambridge, 1986.

SAQUET, M. **Territórios e Territorialidades.** Teorias, processos e conflitos. Expressão Popular. São Paulo, 2009.

SAQUET, M. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades:** uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. Expressão Popular. São Paulo, 2011.

SIMÃO, Lucieni. **Historiografia do contato:** demografia indígena e deslocamentos através do território nacional. In: GUIMARAENS, Dinah (org.). Museu de arte e origens: mapa das culturas vivas guaranis. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003. p.98-109.

SOUZA, Marcelo. **O território:** Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias. GOMES, P. C. CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia:** Conceitos e Temas. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 1995.

SITES VISITADOS:

CIMI- Conselho Indigenista Missionário. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news>.

BUZATTO, Cleber. <http://racismoambiental.net.br/2013/09/os-ciclos-colonizatorios-no-rio-grande-do-sul-e-os-enfrentamentos-necessarios-ao-latifundio-na-defesa-dos-direitos-territoriais-indigenas-no-brasil/>

AGROCLIMA: Disponível em: <http://www.agroclima.com.br/noticias/111669/produtores-de-erechim-erebango-e-getulio-vargas-no-rs-protestam-contrademarcao-de-reserva-indigena-do-mato-preto>

QUESTÃO INDÍGENA: <http://www.questaoindigena.org/2014/01/justica-autoriza-continuidade-da.html>

A FOLHA REGIONAL. Disponível em: <http://afolharegional-afolharegional.blogspot.com.br/2012/12/demarcao-de-terras-coloca-frente.html>

ANEXOS/APÊNDICES.

Anexo 01: Notícia publicada em site em junho de 2013.

Pequenos agricultores gaúchos protestam contra criação de reserva indígena no Rio Grande do Sul

M B +31716 Recomece isto no Google

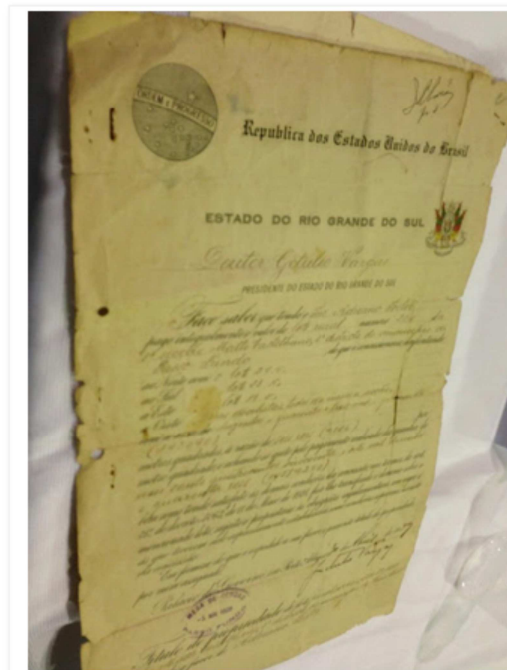
A propriedade de 120 hectares da família Tonial é uma das que podem ser desapropriadas pra dar lugar à reserva indígena de Mato Preto. "Nós estamos com a terra pronta, preparada para plantar o trigo. A gente só não está fazendo isso porque estamos inseguros. A gente não sabe se isso aqui vai ser nosso ou não", diz a agricultora Irene Tonial.



A área reivindicada pela Funai para a criação da Reserva do Mato Preto fica entre os municípios de Getúlio Vargas, Erebangó e Erechim. São 4,2 mil hectares, onde vivem hoje mais de 380 famílias de produtores rurais. De acordo com a tese de doutorado da antropóloga Flavia Cristina Melo, responsável pelo laudo antropológico de identificação na terra indígena, a necessidade da peregrinação dos índios guarani para a região do Mato Preto apareceu em um ritual xamânico feito com um alucinógeno (Chá ayahuasca).

As demarcações estão mobilizando os agricultores da região. Mais de 500 pessoas se reuniram no salão da comunidade para tratar a questão. "São agricultores familiares responsáveis pela produção, pelo desenvolvimento do município, pelo desenvolvimento da região. Nós compramos a terra do próprio estado do Rio Grande do Sul e temos o título de posse", diz Maurício Soligo, vice-prefeito de Getúlio Vargas.

Um grupo de deputados e representantes da subcomissão de demarcações de terra do Congresso Nacional visitou a região e conversou com as duas partes da história. Eles estão formulando uma carta que pretende relatar a realidade vivida por índios e agricultores. O documento será apresentado na Câmara dos Deputados, em Brasília. A intenção é fornecer mais informações aos processos de demarcação de terras.



Escritura de Terra assinada pelo Presidente Getúlio Vargas evidenciando destaque do patrimônio público para o privado. Laudo antropológico feito com chá de ayahuasca anula esse documento. A foto foi

Fonte: Página Virtual "Questão Indígena. Disponível em: <http://www.questaoindigena.org> Acesso em 25 de junho de 2014.

Entrevista 01:

Data: 18/06/2014

Entrevistadora: Marjana Vedovatto

Entrevistado: Ademilson Baroni – Representante do Sindicato Unificado dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SUTRAF)

a) Qual é a ligação dos pequenos agricultores com o seu território, como eles estão lidando com a atual situação da demarcação da Terra Indígena e qual é a posição da Sutraf em relação à esse conflito que vem ocorrendo, não só no caso do Mato Preto, mas também em outras localidades da Região Sul?

A gente trata muito mais da Agricultura Familiar e nessa categoria é classificado pela lei, como por quem envolve a sua família na manutenção da propriedade, então a questão de ter a terra é o principal capital do agricultor. Hoje eu diria que eles estão sendo muito reféns do processo de desenvolvimento econômico que se tem, onde entrou a questão dos insumos, teve a Revolução Verde onde se trouxe todo um pacote tecnológico pra aumentar a produtividade e também pra própria venda de insumos. Então o agricultor acaba sendo um pouco refém disso, e muitas vezes a relação dele com a terra acaba ficando em segundo lugar, mas aquele que já consegue ter um pouco mais de consciência, aquele que consegue pensar de fato numa sucessão, no futuro, na vida mesmo do planeta, consegue enxergar que a Terra é o seu bem maior que é a raiz dele. A propriedade não é só um negócio, uma ligação econômica, se tem uma relação de vivência. E como na maioria dos casos as terras vem de pai pra filho, é um patrimônio de geração pra geração e é dali que a família tira todo seu sustento. E ele como refém acaba não conseguindo implementar um cuidado maior da terra do ponto de vista dela ter mais vida, mais nutrientes, dela ter de fato mais vivência. Ela está tendo muita dependência cada vez mais de agrotóxicos, de insumos, então acaba sendo dependente. Eu diria que o bem maior do agricultor hoje está viciado em estar procurando insumos, procurando veneno por causa da quebra que tem. Quando é muito alto o consumo de agrotóxico no Rio Grande do Sul, e também no Brasil, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxico, isto vai viciando a Terra. Mas muita coisa já está mudando e a própria sociedade está cobrando um alimento mais limpo, com mais qualidade, sem agrotóxicos, enfim. Mas a história que se tem é de que o agricultor tem a terra como patrimônio maior e a forma de vivência dele é muito especial. Ele vive em comunidade, ele tem seu próprio negócio, ele planeja sua propriedade, dá pra se dizer que ainda é uma sociedade diferenciada de ajuda de vivência, de convivência.

No que se refere ao caso das demarcações de Terra Indígena, a própria Constituição de 1988, ela tem um lado muito certo, que ela se propunha a corrigir um erro do passado, onde muito índio foi expulso, dizimados, os quilombolas, os negros aí da escravidão. Então ela prevê que as terras tradicionalmente ocupadas por povos tradicionais passariam a ser de direito deles. Então teve até um pouco antes dos anos 80, teve muita reserva indígena já demarcadas no passado, que existiam e que os índios tinham sido expulsos. Então se deu a titulação da terra, se organizou esse processo onde era de fato direito dos indígenas. Aqui mesmo na nossa região, em Charrua, nós tivemos a

presença do Presidente Collor, na época, que veio assinar a escritura da Reserva Indígena de Charrua, onde os índios viviam ali e não tinham terra. E esse processo a gente entende e é muito legítimo. Só que agora, de umas duas ou três décadas pra cá, com o apoio da Funai, que é a Fundação Nacional do Índio, em tese estaria ali para proteger os índios, enfim, tem-se feito laudos antropológicos levantando lugares no estado e no Brasil, onde comprova a existência no passado de indígenas, e daí, comprovado isso, a Funai demanda pro governo e pra Justiça como demarcação de terra Indígena. E todos são processos administrativos, na nossa visão inclusive, tem um erro. Eles são feitos pela Funai, eles são julgados na fase administrativa pela Funai, que defende só um lado, o lado dos indígenas. E agora, diferente do que foi no passado pra corrigir o problema agora se está criando outro problema muito sério com os agricultores. A constituição, se não estou enganado, o Artigo 231, diz que onde passa a se identificar terra de direito Indígena, os que estão ali são considerados intrusos. Então tem um processo de tirar eles dali, não tem um processo de resolver o problema, com uma outra terra ou alguma outra forma de resolver o problema social que ficaria. Então isso também é muito grave, além da injustiça que agora também pega terras onde os agricultores estão a mais de 100 anos, os laudos estão mostrando que os indígenas estiveram ali, mas isso há muito tempo atrás. Então, os agricultores estão ali de forma legítima em um processo em que o Estado mesmo estabeleceu para colonizar o Brasil, ou fez por conta a colonização ou terceirizou para colonizadoras. O Estado mesmo fez e agora a Constituição se sobrepõe a isso, torna nulo um ato que o próprio Estado fez onde os agricultores compraram a terra, seus antepassados, e agora acabam ficando sem a terra. Cria uma tensão muito ruim, em vários lugares do estado, não é só aqui no Mato Preto, aqui no Mato Preto que pega Getúlio Vargas, Erebango e uma parte de Erechim, quem está reivindicando é um grupo de indígenas Guaranis que o perfil deles não é muito agressivo, então não tem tido um confronto de invasão de propriedades, pelo menos por enquanto, nessa parte está mais tranquilo. Mas em Sananduva, Cacique, esses municípios que tem a chamada Terra do Passo Grande do Forquilha, são os Índios Kaingangues, e eles são de uma tradição um pouco mais agressivos. Já invadiram uma das comunidades que pertence a área, tem invadido casas, então está um clima muito tenso. Logo aqui em Faxinalzinho, o problema que deu, dois agricultores que morreram, e isso é muito ruim. Na nossa visão é um erro da Constituição e do Estado Brasileiro que teria que resolver e que hoje está um pouco

omisso e obrigado pela legislação. Não tem reagido diante da demanda Legal que o Ministério Público, na defesa do Direito Indígena, segundo a leitura escrita na Constituição que obriga praticamente o Estado Brasileiro a tornar essa terra Indígena. Então, aqui no Mato Preto já tem uma portaria do Governo Federal que declarou que essa área de 4230 há ela é área indígena. Então os agricultores estão se defendendo, teve muita mobilização, teve muita luta, e na nossa visão, a gente está hoje quanto a organização da agricultura familiar e o nosso sindicatos que são ligados à Fetraf com uma posição muito coerente de que se o Estado Brasileiro entende como justiça aos índios e que os Índios precisam de terras, então que se compre terra de quem tem a venda. Já forma identificadas muitas áreas, inclusive na região aqui e coloque os indígenas. E com isso não se cria um transtorno social tão grande que é de tira os agricultores, colocar os indígenas e passam esses a ficar desalojados. Até porque hoje na Lei não tem nenhuma garantia de indenização da terra, os agricultores passam a estar ali como intrusos. Já tem agora, nos últimos meses, o governo buscando formas de indenizar, de trocar outras terras junto aos agricultores, enfim, tem esse movimento, tem essa compreensão que do jeito que está não seria justo, só que ainda não apareceu a forma legal de como isso seria feito. Tem muita coisa mudando, tem proposta de emenda constitucional, tem várias coisas, só que no meio disso tudo tem o aproveitamento político, o outro lado que simplesmente a crítica ao governo que está aí que quer que todas as áreas indígenas, elas sejam rediscutidas no congresso nacional. A gente sabe que com os deputados que nós temos, que a grande maioria defende o grande produtor, isso também daqui a pouco extrapola.

Foi um processo de colonização, as famílias que vieram ali, vieram pra produzir e pra sobreviver. Principalmente italianos, alemães e poloneses saíram dos países mais pobres e vieram até muitas vezes iludidos aqui que teriam tudo pronto e na verdade o Estado patrocinou o desbravamento mesmo, a derrubada, o plantio, pra desenvolver o lugar e agora essas pessoas que na visão da história teriam feito um grande bem, apesar de não ter tido nenhum controle na questão de matas e tal, agora estão sendo julgados como bandidos, e é muito ruim isso, estranho, complica não só pra o que estão envolvidos, mas também pra toda região, é um temor, é um medo e essa é a dificuldade que se tem. Outra coisa que a gente pensa é que o que se está sendo colocado nos próprios laudos antropológicos, são quantias grandes de terra se comparar com os indígenas que estariam ali, eles passariam a ter muito mais terras do que a média de

agricultores que estão ali, porque o que é da tradição indígena é viver da caça, da pesca, da coleta. Mas na sociedade se sabe que não se tem mais desses indígenas, é muito pouco. Nós temos um professor que ajudou a fazer os laudos, um estudioso que diz assim sempre pra nós que o índio vai caçar também de cartão de crédito no supermercado, e acho que é um direito, enfim, a sociedade vem evoluindo, buscando seu espaço, o trabalho, mas não dá pra aceitar também que vão viver de caça e pesca aqui no meio de uma sociedade mais avançada nesse ponto de vista de cultura, também não dá pra querer isso, então nós achamos que a Funai, o governo, enfim, tem que ter políticas indigenistas mesmo. Não são todos os índios que vão ser agricultores também, que vão viver da terra. A gente sabe que isso tudo é natural da vida. A política pros indígenas poderia ser outra e não só a de terras, a de habitação, de busca um acesso de trabalho urbano, como tem muitos que estão trabalhando na aldeia onde se está estabelecido.

b) E quais foram as propostas que o governo ofereceu de indenização e para conseguir solucionar o caso?

A área do Mato Preto é a única área do Brasil que tem mais que um estudo antropológico. Tem um estudo que mostrou que seria uma terra indígena de 600 e poucos hectares e tem outro dos 4230 ha, e como é um grupo pequeno de indígenas que está reivindicando, até por uma questão de razoabilidade e de fato pra tentar conciliar e envolver menos agricultores, teve a proposta de redução de área. Nesse caso, de alguma forma, o governo indenizaria, compensaria, porque nem tem a palavra indenização na legislação, está escrito que não prevê indenização, então o governo está estudando juridicamente a proposta de compensar esses agricultores que estiveram nesse período ali praticamente pagando o valor da terra e o que eles tem. Então o governo está dizendo que compensaria os agricultores que cederiam essa terra pros indígenas fazendo um acordo. Aceitariam os 600ha e assim se estenderia o processo, e isso é uma coisa que nos outros casos não tem aceitação, aqui nessa Terra do Mato Preto parece ter por lado dos indígenas. E com os agricultores aceitando também o governo compensaria e se estenderia o processo. Só que nós estamos de fato muito preocupados em ver a proposta real do governo que tenha uma lei, que tenha um documento que de fato diga que se vá receber à vista, quer dizer, no momento em que

se acerta, porque nós temos nesse governo agora do estado, do governador Tarso, foram indenizados agricultores que tinham sido indenizados e feito esse processo ainda no governo Olívio. Então imaginar um agricultor que vai aceitar uma negociação e vai passar por uma burocracia que existe no Brasil de anos e anos para receber, como é que vai ficar essa família? E é isso que não dá. Ao mesmo tempo que a gente de alguma forma tenta conversar assim, mas sempre dizendo que não é Terra Indígena, que nunca foi uma reserva indígena e que o governo tem que resolver comprando uma outra terra pros índios que tenha pra vender, tem muita terra por aí, inclusive tem terras com milhares de hectares que é só de um dono, é uma família que talvez nem mora na terra. Então é simplesmente um negócio que se faz lá que é diferente de tirar um agricultor que vive ali que tem seus familiares, tem sua comunidade, tem seu cemitério que tem enterrado o avô, o bisavô, toda vivência que se tem ali. É muito diferente, apesar de nós achar isso, tem que de alguma forma ir de fato dialogando se tem alguma solução que todo mundo concorda e que seja feito. Mas que seja feito com garantias reais, com as coisas acontecendo e com um acordo judicial também, que a gente sabe que o governo queira, os agricultores e os indígenas, imaginando que aconteça isso, se a Justiça não der esse acordo, o Ministério Público Federal, poderia continuar o processo, acerta esses e depois ainda não resolveu, vai continuar. Já estamos acostumados, muitas vezes quando se discute com o governo se promete algumas coisas e depois não acontece. Nós acreditamos que vai ser revisto sem dúvidas, porque a sociedade mesmo vai cobrar do governo, e é de tradição do indígena quando ele tem a terra ele ter pra subsistência e não produzir pra vender alimento, por exemplo, então quanto menos terra pra produzir alimento, diminui, pode aumentar o preço e isso tem uma relação direta. Nós acreditamos vai mudar, que vai ser revisto essa questão da legislação, a nossa preocupação é quando isso vai mudar. Porque essas duas áreas já tem portaria, já estão declaradas como Terra Indígena e é um processo que andou anos aí. Então essas são as mais difíceis pra reverter. As próximas, com certeza, já vão ser diferentes. Ao instalar o processo, com certeza já vai mudar, vai ter que ter os outros laudos, o governo mesmo já anunciou isso, que vai ter também outros órgãos que também representariam, mais agricultores opinando. Seria um processo de ambos os lados, de todo mundo que tem interesse estar opinando. O problema são essas aí que hoje já estão com o processo avançado, elas estão em processo de acertos, digamos assim. Aonde os indígenas tem passividade e estão aguardando sem revolta como aqui

no Mato Preto, até a parte do dia-a-dia é tranqüilo. Agora, aonde eles já estão indo invadir e tão indo pra cima aí o clima é bem difícil.

Se houvesse uma política de indenização justa aos agricultores facilitaria o processo da demarcação?

Acho que isso seria a primeira coisa, porque ou o governo que fez o processo de colonização estava mentindo na época, se colocaria como não valer uma escritura, um registro legal, se coloca em jogo tudo o que tu tem de, por exemplo, a escritura de um terreno, de um apartamento, de um prédio. Ou o governo estava mentindo ou ele mesmo já tinha que ter tido a proposta logo: isso aqui tinha sido uma coisa injusta e eu no mínimo vou compensar. E isso não tem, a lei não está garantindo. Então, por isso que nós, por não acreditar ainda que de fato vai ter uma indenização justa e por ser assim, não é uma área indígena onde eles estão reivindicando. Não foi comprovado. Se é ali, é na metade do Rio Grande do Sul também. Há mais de 100 anos é um tempo passado, se for pra ser assim e pegar o que era há 500 anos atrás, o Brasil era de fato indígena! Nós temos que conviver com isso, encontrar de fato o lugar pros indígenas. Somos cidadãos todos iguais, somos irmãos, então não posso dessa forma tirar um para colocar outro, desalojar, jogar na rua outro. Por isso que pra nós a indenização é a última das últimas alternativas pras essas duas ou três áreas que estão em conflito. Mas de fato, temos concordância dos agricultores, para de fato encontrarmos uma solução negociada assim, mas não é esse o caminho, mexer nos agricultores que estão ali trabalhando, tão ali colocados.

Entrevista 02:

Data: 26/06/2014

Entrevistadora: Marjana Vedovatto

Entrevistado: Cacique Joel Pereira Kuaray – Cacique da Teko'a Ka'aty

a)- Qual é a visão do indígena a respeito da natureza, da terra? Qual é a lógica que vocês seguem? O que se entende por trabalho e por cultura? Quais são os elementos que se julga ser os mais importantes para o indígena hoje?

R. Olha, dá pra contar que na visão dentro da etnia Guarani, eu sempre falo isso, principalmente a visão entre o meio ambiente que tem uma relação forte dentro da

cultura guarani. E hoje, por exemplo, a maioria das aldeias que tem as suas terras, principalmente Guarani, elas não exploram muito. Não é explorado pra plantação de soja, pras comunidades enriquecerem em cima dela. Então dentro da cultura Guarani, o meio ambiente é tratado como se fosse uma mãe para aquelas famílias. Eu sempre falo uma mãe, porque nós, na nossa visão, nós defendemos o meio ambiente, a natureza. E a natureza é como uma mãe porque ela dá o leite, ela dá o fruto, dá o alimento para os seus filhos. Nenhum ser humano, até mesmo os animais não sobrevivem sem a natureza, sem o alimento. Dentro da visão Guarani que a gente tem, é um olhar assim que quando se tem o território, não é apenas pra se enriquecer em cima dele. Não é só para as famílias enriquecerem, comprar carros. Mas sim, sobreviver em cima dela mas ao mesmo tempo respeitando, também temos que fazer com que a natureza e o meio ambiente se reproduza também.

b) Como esse modo de ver o meio ambiente é mantido ao longo do tempo?

R. Isso é passado de geração para geração. Historicamente os nossos antepassados já viviam assim. E essa cultura vai passando de geração pra geração. E com relação à visão sobre a natureza e o meio ambiente, dentro da cultura guarani, já vem desde os nossos antepassados, os nossos mais velhos já vinham com essa visão e faziam. E isso já é ensinado dentro da própria convivência do dia-a-dia, com os pais. E é por isso que muitas vezes os mais antigos não paravam em certos lugares, hoje principalmente a etnia Guarani é chamado de povo nômade que andavam muito, caminhavam muito. Moravam um certo período num lugar e depois iam para outro. Até por isso, na visão dos nossos antigos, os mais velhos, eles paravam em um certo lugar, naquela época como existia muita mata, paravam em um certo lugar, faziam suas roças, plantavam, caçavam, pescavam. Mas aí tinha momentos em que... porque a roça que eles faziam era num lugar fixo. Faziam um roçado num certo espaço e não podia se avançar mais. Então era aquele pedaço, e no momento em que eles percebiam que aquele lugar não dava mais pra plantar, que a Terra não conseguia mais produzir bem, aí eles saíam, eles mudavam pra outro lugar. E também tem a questão da caça e dos frutos. Aí o que é que eles faziam, essa terra aqui nós vamos ter que sair desse lugar, deixar essa terra voltar ao normal de novo, voltar a crescer as matas, voltar a se criar animais de novo, e então saíam daquele lugar e iam para outro. Naquela época não existia lugar que tivesse

dono. E também os antigos iam em busca da terra sem males. Esses lugares que eles andavam eram lugares sem males, tinha toda uma questão espiritual também. E então tem todo esse histórico que na verdade existiu e que hoje em dia já não tem mais como. Até por isso entra a questão da preservação da cultura. Muitas vezes a gente ouve falar em jornais, em rádios, dizendo o por quê que o governo tem que demarcar para preservar a cultura daquela comunidade se hoje eles tem antena parabólica, eles tem TV, tem celular, até o fato de usar roupa. Muitos dizem, eles andam que nem a gente, por que que o governo fala que tem que preservar a cultura? E o que que eu sempre falo aqui, por exemplo, vocês veem aqui o que que a gente tem, tem antena parabólica, essas coisinhas, mas dentro da convivência, do dia-a-dia, espiritualmente a gente ainda tem essa preservação da cultura. A gente tem a história, tem o canto, tem a língua, tem a dança, preservação da história do passado e tudo isso está dentro do nosso espírito. A cultura não vai aparecer por cima da tua roupa. Até porque, muitos, na minha visão, por exemplo, o fato de eu usar um celular e de ter uma TV em casa é a mesma coisa que uma obrigação pra mim, eu sou obrigado a usar isso, eu não posso ficar parado no tempo, senão cada vez mais excluído. Mas ao mesmo tempo eu tenho que conservar aquilo que eu tenho de cultura dos velhos antigos que no passado eles também tinham isso preservado. Diziam que tinham cultura e era visível para a sociedade. E hoje é claro que não é muito visível. O pessoal chega aqui e diz: vocês são como qualquer um, vocês não tem cultura. Mas a cultura não precisa ser visível. Nenhum povo ficou parado no tempo com a sua cultura igual e visível. Por exemplo os agricultores, se fosse por isso eles deveriam voltar a trabalhar com enxada, colher feijão a mão, debulhar milho na mão. E só porque deixaram de fazer isso, não quer dizer que deixaram de ser agricultores. Acho que é esse o entendimento que falta na sociedade hoje.

c) Quanto a preservação da cultura, quando se fala da língua, isso é uma coisa bem marcante. Todos falam guarani e portugues?

Aqui da pra se dizer que 90% da população dessa comunidade falam, são falantes e esses 10% que não falam, entendem. Tem algumas pessoas que são um pouco mestiças, que vieram de fora, que não moravam na área e que a gente acabou recolhendo eles. Eles não falam, mas entendem. A língua é a raiz da preservação de

tudo. Por exemplo se tu não falar tua língua, tu acaba perdendo outras coisas também, a tua dança, a tua história. Então a língua é a primeira arma pra não perder totalmente a tua cultura. E é por isso que a etnia Guarani é uma etnia que tem essa preservação.

d) E falando um pouco sobre o conflito que vocês estão vivenciando na demarcação, que está quase completando 11 anos.

Tá sendo uma situação complicada pra nós. Até porque, principalmente nessa situação toda, a população ao redor aqui, principalmente do município de Getulio, não quer saber de jeito nenhum que tenha uma comunidade indígena nesse município. Então existe uma proposta do Ministério da Justiça, do Governo Federal, para se entrar em uma conciliação, para se evitar futuros conflitos. Até porque se dependesse dos agricultores, já teria acontecido. Já falei várias vezes, que nós aqui evitamos muito isso. Durante esse período que nós estamos aqui, a gente sofreu várias ameaças, provocações, mas a gente nunca caiu nessa. E há proposta do governo federal pra conciliação. Até, dentro dessa área que se está pensando em demarcar, existem dois laudos. O primeiro laudo que saiu foi feito por uma antropológa da Funai que são 657 ha, e aí depois tem outro estudo que é da antropológa que foi contratada pra fazer esse trabalho de demarcação, e ficou 4200 ha. E o que está sendo proposto aos agricultores, é que se eles entrarem numa conciliação, sem conflito nenhum, o governo poderia demarcar esses 657 ha, oferecendo a indenização pelas benfeitorias e pagando as terras pra eles. Existe essa proposta, mas ainda por enquanto os agricultores não se manifestaram nem sim nem não. Eles não deram prazo, mas estão pedindo aos agricultores resolvam se vão querer ou não. Mas a gente ainda não sabe qual o rumo que o Ministro da Justiça vai dar se acaso os agricultores não aceitem.

e) Como vocês vêem o papel do governo nesse processo?

Pelo menos a minha visão, de toda conversa que a gente teve, diante dessa proposta, que o governo até tá atuando assim, tentando mediar numa boa assim para não chegar numa situação muito complicada. Mas está faltando a compreensão principalmente de alguns políticos, tanto do município quanto alguns deputados de ver o lado dos indígenas também e que se poderia entrar em uma conciliação. E o que eles falam é

que nenhum tipo de proposta deve ser aceitado pelos agricultores. Então o Ministro da Justiça fica meio sem saber o que fazer nessa hora. Até porque por parte nossa assim, a gente pensou assim, se é pra gente entrar em uma conciliação, numa boa, sem conflito nenhum, a gente concorda que vocês façam isso. Pelo o que a gente está vendo, está faltando isso por parte dos agricultores. Pelo menos da pra ver que tem alguns que querem aceitar a proposta e tem alguns que não querem.

f) E toda essa situação acaba refletindo no restante da sociedade no modo como vocês são tratados no dia-a-dia?

Dá sim. Acaba refletindo. Alguns sabem como é que somos tratados. Mas como eu falei, sempre tem uma meia dúzia ou dez agricultores que acham que não. Entra a questão que eles dizem assim: por que é que nós vamos aceitar essa proposta se nesse lugar nunca existiu índio.

g) Quantas propriedades estão dentro da área delimitada?

Dentro dos 4000 ha que estão delimitados, são 380 propriedades. E aí dentro dessa proposta que governo federal através do ministério da justiça está fazendo, ela chega à 33 propriedades, e ainda os cara não querem dar o braço a torcer. Mas é que tem dois ou tres caras aí que a gente sabe que são envolvidos em política e os deputados é que ficam pressionando pra não sair. A gente sabe que isso é política pra ganhar voto. Mas eu acho que um dia desenrola, o pessoal mais cedo ou mais tarde vai acaba cedendo.